

pauta

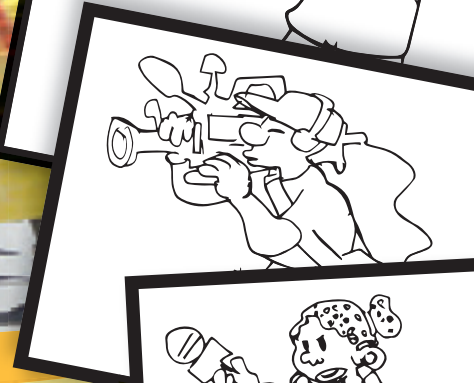
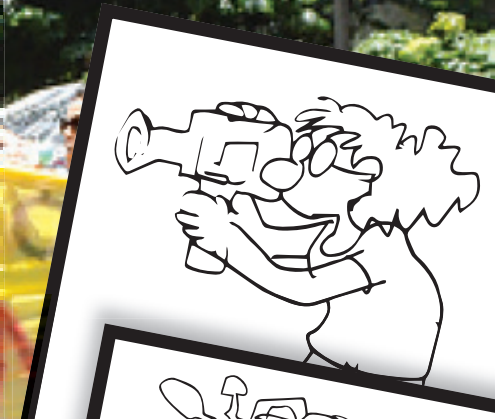
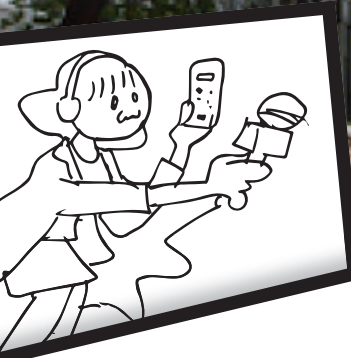
DEZEMBRO 2016
Nº 4

Revista do Sindicato dos Jornalistas
Profissionais de Minas Gerais

CURSO LIVRE DE JORNALISMO



2016 NOS TRAÇOS DO DUKE



JORNALISTAS OCUPAM O JORNALISMO

Jornalistas
de Minas

Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

Pauta é uma publicação do **Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais** gestão 2014-2017.

Diretoria Executiva: Kerison Lopes – Presidente; Alessandra Mello – Vice-presidente; Verônica Pimenta – Diretora Secretária; Marcelo Fiuza – Diretor Financeiro; Bruno Couto – Diretor de Fiscalização.

Diretoria Setorial: Aloísio Morais Martins – Diretor de Organização Administrativa; Marcelo Portela – Diretor de Saúde; Andrea Castello Branco – Diretora de Formação Profissional; Mariana Viel – Diretora de Integração com Escolas de Comunicação; Artenius Daniel – Diretor Cultura; Gildemir Lima – Diretor de Comunicação; Arlan França – Diretor de Assessorias de Comunicação; Gê Alves – Diretora de Relações Institucionais; Rômulo Moreira – Diretor de Direito Autoral e Imagem; Neide Pessoa – Diretora de Aposentados e Previdência; Rogério Hilário – Diretor Jurídico; José Augusto Filho – Diretor Regional Norte; Francisco Pereira – Diretor Regional Sul; Erival Alves – Diretor Regional Triângulo e Alto Paranaíba; Paulo Sérgio de Oliveira – Diretor Regional Leste. Conselho Fiscal: Marcos André Ribeiro – Efetivo; Marcos Erlan – Efetivo; Eduardo Motta – Efetivo; José Milton Santos – Suplente; João Paulo Dias – Suplente; Luís Carlos Bernardes – Suplente.

Comissão de Ética: Jornalistas: Valéria Said – Presidente; Virgínia de Castro – Vice-presidente; Mozahir Salomão – Secretário. Representantes da sociedade: Lucas Cadete Zállo (OAB-MG); Leonardo Soares Nader (Conedh-MG). **Casa do Jornalista – Diretoria:** Mauro Werkema – Presidente; José Maria Rabêlo – Vice-presidente; João Paulo Pinto da Cunha – Diretor de Cultura; Dinorah Maria do Carmo – Diretora Administrativa e Financeira; Vilma Tomaz Ribeiro – Diretora de Comunicação; Guy Afonso de Almeida Gonçalves – Suplente; José Eduardo da Costa – Suplente. **Conselho Fiscal:** Aloísio Soares Lopes – Efetivo; Jane Maria de Medeiros – Efetiva; Américo César Antunes – Efetivo; Vilma Fazito Rezende – Suplente.

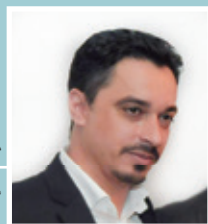
Colaboraram nesta edição: Aloísio Lopes, Américo Antunes, Caio Santos, Carlos Barroso, Carlos Cândido, Duke, Felipe Canêdo, Flora Silberschneider, Geraldo Elísio, Gil Sotero, Ivana Moreira, João Carlos Firpe Penna, João Paulo, José Maria Rabêlo, Kerison Lopes, Leo Drumond, Luís Figueira, Marcelo Gomes, Marcelo Machado, Marianne Fonseca, Marina Moregula, Maurício Lara, Natália Martino, Nilson, Paulinho Assunção, Raimundo Rodrigues Pereira, Samuel Lima, Symphonio Veiga, Thauane Ferreira, Verônica Pimenta.

Diagramação: Marquélia Damaceno (Vilarejo Comunicação).

Endereço: Avenida Álvares Cabral, 400, Centro, Belo Horizonte, MG. CEP 30170-000. Telefone: (31) 3224-5011. Internet: www.sjpmg.org.br/.

Distribuição gratuita. Dezembro de 2016.

João Lydiane Ponciano



OCUPAR O JORNALISMO, OCUPAR O BRASIL

2016 foi um ano difícil para os brasileiros e em especial para os jornalistas. Incapazes de defender a Constituição e a democracia, desmancharam uma a uma todas as instituições da Nova República, construídas há três décadas. Incapazes de defender o jornalismo, dissolveram-se as grandes empresas jornalísticas.

O “golpe devastador”, como previu aqui mesmo o jornalista e escritor Fernando Morais, deixou perplexos todos aqueles que acreditavam que a democracia tinha vindo para ficar e que saíram às ruas para defendê-la. Nossas forças, no entanto, não foram suficientes, diante de um complô de interesses que extrapolam as fronteiras nacionais.

Mais uma vez, o exemplo veio dos jovens. Em defesa da educação, estudantes secundaristas e universitários ocuparam escolas e campi Brasil afora. Lutam com coragem, determinação e principalmente com a confiança de quem sabe que o futuro pertence a eles, não aos velhos velhacos que preferem o caminho fácil do golpe. Lutam para construir o novo.

Em defesa do jornalismo, também os jornalistas ocupam o jornalismo e constroem uma comunicação renovada, da qual depende o país, sem a qual não há democracia. Demonstrando paixão pela profissão, desenvolvem novos projetos e criam novos veículos jornalísticos.

É disso que trata esta quarta edição da revista Pauta. Ela fala dos efeitos devastadores do golpe, mas fala mais ainda do exemplo e da esperança que vêm dos jovens e dos jornalistas. Fala do presente que rapidamente se torna passado, mas fala também do futuro que começa a surgir diante dos nossos olhos.

Fiel à história do Sindicato, não apenas cuidamos de reportar a realidade à nossa volta, mas participamos dela intensamente.

Assim como aconteceu durante a ditadura militar, a Casa do Jornalista foi em 2016 o abrigo mais ardoroso da resistência. Em 2017, a “Casa da Liberdade” continuará aberta a todos que queiram construir uma democracia verdadeira, imune aos interesses episódicos das elites reacionárias, sustentada na vontade popular e capaz de ocupar todos os espaços do país.

Kerison Lopes, *presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais*

- 5 JOÃO PAULO CUNHA
- 6 MARINA MOREGULA
- 7 SAMUEL LIMA
- 8 FELIPE CANÊDO
- 9 CAIO SANTOS
- 10 FLORA SILBERSCHNEIDER E
MARIANNE FONSECA
- 23 RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA
- 24 MARCELO MACHADO
- 25 LEO DRUMOND E NATÁLIA
MARTINO
- 26 IVANA MOREIRA
- 27 CARLOS CÂNDIDO
- 30 DUKE
- 38 VOCÊ SABIA?
- 40 JOSÉ MARIA RABÊLO
- 42 LUÍS FIGUEIRA
- 43 VERÔNICA PIMENTA
- 45 ALOÍSIO LOPES
- 46 THAUANE FERREIRA
- 48 MARCELO GOMES
- 52 MEMÓRIA
- 54 PAULINHO ASSUNÇÃO
- 55 AMÉRICO ANTUNES
- 56 MAURÍCIO LARA
- 57 NILSON
- 60 SYMPHRONIO VEIGA
- 62 GERALDO ELÍSIO

12 ESTUDANTES OCUPAM O VÁCUO DO PAÍS



20 JOÃO CARLOS E O CURSO LIVRE DE JORNALISMO



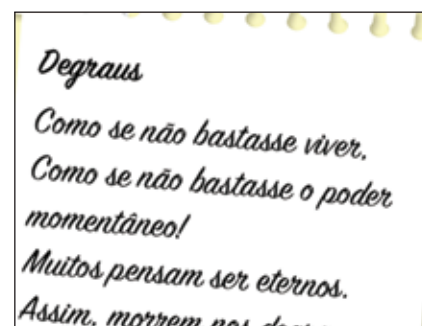
28 GIL SOTERO E AS BICICLETAS CUBANAS



34 QUATRO PODERES CONTRA OS TRABALHADORES



49 CARLOS BARROSO E OS JORNALISTAS POETAS



CAPA: MARQUÉLIA DAMACENO, COM FOTO DE FLORA SILBERSCHNEIDER E DESENHOS DE NILSON AZEVEDO

QUERO SER GRANDE

JOÃO PAULO

O jornalismo, como todo ser vivo – e tenho fé que ele seja um espécime dessa natureza –, também faz parte de um ecossistema. Em meio a várias possibilidades informativas, o jornalismo responde por um tipo de conhecimento que carrega algumas características próprias. Como um bicho selvagem ou uma planta carnívora, para buscar comparações mais próximas de nossa natureza.

Em primeiro lugar, deve ser feito com humildade: o jornalista é uma pessoa que não sabe. Seu trabalho é exatamente negar essa essência para afirmar um novo horizonte de saber. Para isso, tem como instrumentos a curiosidade, a busca da verdade, o sentimento do interesse público e o sentido do compartilhamento. E uma vontade de melhorar o mundo, dando às pessoas instrumentos para agir com mais autonomia.

Em seguida, o jornalismo é uma forma de saber que lida com o singular, diferentemente de outras áreas, que trabalham como o particular e o universal. Ele não quer ser ciência exata, não pode ser apenas arte e está longe da filosofia com sua vocação para as essências.

E é bom ficar atento ao método. Quando se fala em apuração, por exemplo, não se trata de metáfora, mas de uma operação sistemática. O trabalho do repórter se consagra no esforço de extrair o ouro da informação relevante da ganga bruta da realidade. Para isso, precisa operar em muitas camadas, desconfiar acima de tudo, estudar como quem respira e ter ouvido apurado para o concerto de múltiplas vozes.

Tudo iria muito bem se, além de dimensões internas, essa espécie de DNA do jornalismo, a ecologia da informação não necessitasse também de cuidado com sua inserção em seu

meio ambiente, a sociedade. No caso brasileiro, esse habitat vai além da circunstância, é quase um destino. A comunicação no Brasil tem a marca de nossa trajetória histórica. Defendeu interesses da elite, do sistema político e da sanha acumulativa do capital.

Por isso a abertura a possibilidades originais, vindas do universo digital, oferece vertentes democratizantes. Com a tecnologia, há uma nítida diminuição das barreiras de entrada, tanto materiais como simbólicas. A incorporação de novas narrativas ganhou relevância sobretudo no chamado campo alternativo. Ocupar espaços se tornou regra fundamental.

No entanto, ainda que fundamental na ampliação do universo da informação, a imprensa alternativa por si só não é capaz de reverter o jogo. O avanço dos blogs, rádios comunitárias, coletivos, produtoras independentes, cooperativas, mídia ativista, observatórios, plataformas de análise e publicações *online*, tudo isso ampliou o ecossistema. Mas começa a deixar transparecer a sombra de seus limites.

Grande parte do conteúdo das mídias alternativas se constitui de opinião gerada a partir da imprensa convencional. O coração do jornalismo é a informação consistente em primeira mão. E esse patrimônio não pode ser cativo dos jornalões e grandes redes, sem que o vício de origem se manifeste na pauta alternativa, mesmo que seja para combatê-los.

Todo sucesso aos alternativos e sua valorosa guerrilha. Mas está na hora de ousar ocupar também o terreno fundador da grande reportagem, da cobertura honesta e ampla do cotidiano, do acompanhamento da vida social, política e econômica em bases mais éticas, populares e responsáveis. Não se conquista a hegemonia apenas com a opinião. Aos jornalistas de verdade, jornais de verdade.

Para voltar à ecologia, é bom reconhecer que, entregue às determinações do mercado, não há seleção natural que dê conta de mudar o jogo. Está na hora da evolução da espécie. Ou da revolução. O que vier primeiro.



JOÃO PAULO é jornalista, formado também em filosofia e psicologia. É colunista do jornal *Brasil de Fato* e presidente do BDMG Cultural.

foto CLÁUDIO CUNHA

MODELO PARA A REFORMA DA EDUCAÇÃO

MARINA MOREGULA

Visitantes não entram na ocupação sem que os ocupantes permitam. Foi o principal acordo entre os estudantes e a diretoria do Estadual Central. Entrei depois que Daniela Moura, presidente do grêmio, nos recebeu em uma sala do recém-reformado edifício projetado por Oscar Niemeyer. A primavera secundarista, que começou há quase um ano em São Paulo, chegou a BH. No pátio da escola, cartazes em torno de barracas denunciam a presença do movimento estudantil. Um deles traz “regras da Ocupa Central”: reuniões gerais acontecem duas vezes ao dia. Drogas são proibidas. Há horários para dormir, acordar e tomar banho. Nada de piadas machistas, homofóbicas ou racistas; respeito é a chave.

A Escola Estadual Governador Milton Campos, o Estadual Central, foi fundada em Ouro Preto, antes da construção da atual capital mineira. Getúlio Vargas, Fernando Sabino, Dilma Rousseff e Fernando Pimentel estudaram lá. Foi a primeira escola a ser ocupada em BH contra a MP 746 e a PEC 55. Para Daniela, “nada melhor que começar pelo Central. Temos como modelo pessoas que estudaram aqui e lutaram contra o Collor e a ditadura. Não podíamos ficar fora dessa”.

A ocupação é, essencialmente, horizontal. Não há hierarquia, já que as decisões são tomadas nas assembleias diárias. Mas isso não impede que o protagonismo feminino seja destaque do movimento. Daniela tem 16 anos, mas já exhibe mais consciência política que muitos adultos.

Bruna Helena tem 18 anos, cursa o segundo ano do ensino médio e é a vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) em Minas Gerais. Ela articulou o diálogo com os pais dos alunos menores de idade que dormem na ocupação, para obter autorizações assinadas dos responsáveis. Eu a conheci na sala onde armazenam as doações de comidas e produtos de higiene. Assim como Daniela, Bruna se destaca como um norte para os outros secundaristas. Ela visitou e orientou outras ocupações em suas primeiras noites, já que “a primeira noite é a mais difícil”.

O diálogo, os debates, as oficinas realizadas são evidências de que a ocupação é um modelo para a reforma que deveria ser feita na educação brasileira: protagonizada pelos estudantes e professores que vivenciam essa educação todos os dias. Daniela representa grande parte dos estudantes brasileiros quando diz que quer “fazer uma escola diferente, com mais cultura e informação”. O mito de que as ocupações são um estorvo desorganizado é facilmente desmentido pela realidade do Estadual Central.

Uma solução para nosso sistema educacional seria deixar que esses estudantes cuidem da reforma como cuidam da sua ocupação: com carinho, organização, horizontalidade, respeito, representatividade, protagonismo. “A escola está aí para ser uma casa pra gente, e a ocupação mostra que ela pode ser.”



MARINA MOREGULA é estudante do 4º período de jornalismo da PUC Minas e monitora de texto do jornal Marco, para o qual cobriu a ocupação do Estadual Central.

foto MARIANNE FONSECA

PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO DO PAÍS

SAMUEL LIMA

Ocupação não é coisa de vagabundo. Uma manifestação em essência tem como objetivo alcançar a visibilidade da população e das autoridades. Nesse sentido, ocupar espaços públicos é a forma mais pacífica e justa do povo de reivindicar seus direitos. Não se trata do resultado direto que ocupar um local vai gerar, mas da forma como esse ato leva diretamente para um questionamento: por que estão ocupando?

Em um país no qual o desinteresse e descrédito da política são tão grandes são as pessoas tachadas pela maioria como “vagabundas” que levam essa mesma maioria a parar por um momento suas rotinas, para pensar e debater a respeito do que está sendo realizado no cenário político.

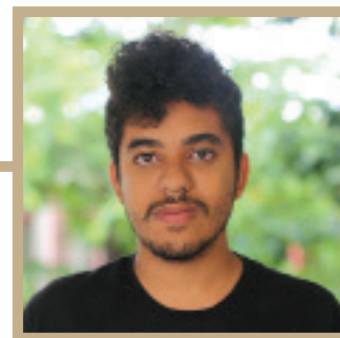
Foi esse objetivo principal que levou os alunos da PUC Minas, no bairro Coração Eucarístico, a ocuparem a faculdade.

O que leva a mais um fato: a PUC é uma faculdade privada. Mas não é por isso que o movimento desses estudantes é inválido. A PEC 55 influencia diretamente as faculdades privadas do Brasil, principalmente pela restrição e corte em fundos de pesquisa, doutorado, mestrado. Além de prejudicar programas como o ProUni e FIES. “Essas medidas representam um corte nas oportunidades para as classes menos favorecidas”, afirma a professora de Pedagogia e pós-graduação em Educação Maria Auxiliadora Oliveira.

Para Thainá Nogueira, presidente do DCE da PUC, as ocupações estimularam o debate dentro da faculdade e trouxeram visibilidade nacional para o tema, incentivando que outras universidades privadas fossem ocupadas no Brasil, a partir do protagonismo da ocupação no Coração Eucarístico. Os estudantes têm realizado negociações com a reitoria para que a ocupação possa permanecer o máximo possível de maneira pacífica, da mesma forma que não interferiu sobre a aplicação do ENEM. Apesar disso, um pedido de reintegração de posse foi enviado ao DCE, e o diretório já entrou com um recurso sobre o processo.

No prédio 47, onde os ocupantes ficam quando não estão em aula, acontecem assembleias para decisões sobre o movimento e discussões sobre a PEC. As barracas ficam no saguão dos primeiro e segundo andares. Uma cozinha foi montada logo ao lado e um chuveiro foi construído em oficinas com alunos de arquitetura, no canteiro de obras do curso.

Para manter uma ocupação é necessário um esforço conjunto muitas vezes desconhecido por quem vê de fora. Movimentos como o da PUC têm grande importância para a discussão de pautas sociais como a educação. Mesmo que a ocupação termine, os estudantes ainda são vitoriosos por levarem o debate para o cotidiano de tantas pessoas. O que leva ao argumento inicial desse texto: ocupação não é coisa de quem não tem o que fazer. É coisa de pessoas que se preocupam com o futuro do país.



SAMUEL LIMA é aluno do 4º período de Jornalismo da PUC Minas e cobriu a ocupação da universidade para o jornal laboratório Marco.

foto

MARIANNE FONSECA

SEM VOZ NA GRANDE MÍDIA

FELIPE CANÊDO

Domingo, 6 de novembro de 2016, 9h da manhã. A Comissão de Rua das ocupações estudantis da Universidade Federal de Minas Gerais adentra o prédio da Rádio UFMG Educativa.

O porteiro que guarda a entrada do local não oferece resistência. Durante o dia, permeado por debates incessantes, é escrita a nota que vai ao ar no dia seguinte, anunciando que o espectro eletromagnético utilizado pela emissora pública está tomado pela juventude que rechaça a PEC 55 (antiga 241, do teto de gastos), a MP 746 (da reforma do Ensino Médio) e o governo interino de Michel Temer.

Depois de longa assembleia com a participação de estudantes secundaristas, técnicos-administrativos e professores, fica decidido que os ocupantes terão uma porção de quatro horas da programação diária transmitida pela 104,5 fm.

“A gente entendeu que a mídia é mentirosa, golpista mesmo, e não está do nosso lado. Isso é muito claro pra nós ocupantes”, afirma a estudante de geografia Giovana Almeida, que contribui com a programação da rádio. Segundo ela, a decisão de tomar a emissora veio da percepção de que a mídia tradicional tem criminalizado as ocupações estudantis.

Além da Rádio Crua – ou Rádio UFMG Ocupada –, a emissora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Rádio da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a da Universidade Federal de Goiás (UFG) também foram ocupadas por estudantes.

Uma ordem de reintegração de posse terminou com a ocupação da UFG, chamada Rádio Libertadora, mesmo nome que Carlos Marighella e a ALN deram à Rádio Nacional de São Paulo, afiliada da Rede Globo, quando leram um comunicado contra a ditadura em 1969.

A invisibilidade do movimento educacional contra a PEC 55 e a MP 746 na chamada grande mídia faz lembrar de alguma forma os tempos em que censores barravam matérias sobre movimentos de estudantes nas redações. No dia 30 de outubro a *ombudsman* da Folha de S. Paulo, Paula Cesarino Costa, confessou que o jornal fazia uma “cobertura tímida” de um fenômeno que chegou a estar presente em mais de 1.200 escolas e 220 universidades em todo o país.

A vontade latente dos estudantes de se comunicar sem o intermédio dos canais tradicionais de comunicação evidencia a percepção dos jovens de que só podem esperar ataques da grande imprensa.

Se as ocupações têm um forte caráter pedagógico – como afirma o documentarista Carlos Pronzato, cineasta que se debruça sobre o tema dos movimentos de educação e autor dos filmes *A Revolta dos Pinguins* (2007), *Acabou a Paz: Isto Aqui Vai Virar o Chile* (2016) e *A Escola Toma Partido* (2016) –, a ocupação de veículos de comunicação merece ser observada com atenção.

Os horários de transmissão diários da Rádio Crua são: 1h – 1h45; 6h – 6h45; 14h05 – 14h50; e 18h15 – 19h00. Contatos podem ser feitos diretamente na página do movimento na internet: facebook.com/RadioCruaUFMG, ou pelo telefone: (31) 3409-4503.



FELIPE CANÊDO é jornalista formado pela PUC Minas e mestre em Audiovisual pela Universidade do Minho.

CONTRA O CASSETETE, JORNALISMO

CAIO SANTOS

A polícia faz barulho, quem não escuta é porque não quer. Quando se é espancado com cassetetes, atingido por balas de borracha, além de levado em viaturas, se ouve de longe os golpes, os tiros e os gritos. Mas, esse barulho da PM é sempre ensurdecedor. São sons que buscam silenciar outros, que tentam calar as vozes das ruas, abafar na força às reivindicações e protestos. Diante de uma polícia cada vez mais truculenta, o trabalho do midiativista é essencial. O jornalismo dedicado a cobrir atos políticos também faz barulho, mas de forma a anular a mudez decorrente da repressão e fazer com que os gritos, sejam de protesto, sejam de horror, ecoem e repercutam.

O jornalista tem que ver e fazer com que outros também vejam. A PM não se incomoda em ser vista agredindo e avançando contra menores e mulheres desarmadas. Ela faz isso em plena luz do dia, no centro de Belo Horizonte, confiante que suas testemunhas permanecerão caladas. Porém, o jornalista não é uma testemunha qualquer. Ele não olha para o outro lado e, usando da câmera, da voz ou das palavras, faz com que outros também não desviem o olhar. E isso sim, incomoda a PM.

Na manhã de quinta-feira, 24/11, eu fui agredido e preso por os incomodar. Talvez porque minhas imagens identificam os responsáveis pela repressão arbitrária de uma manifestação estudantil, eu fui “marcado”. Apreende-

ram meus equipamentos que acabavam de registrar o segundo ataque brutal a universitários e secundaristas em menos de uma semana. Agredindo meus direitos, retiraram do meu bolso meu celular e do meu pescoço minha câmera.

Atrás, uma estudante que participava da manifestação filmava a distância. A jovem foi derrubada no chão e tomaram à força seu celular. Sem nada para gravar a cena, gritei para que a população a gravasse por mim. Nesse momento, recebi um guicho de spray de pimenta na cara. Caí no chão, tomado pela dor ardente nos olhos. Cego, ainda podia ouvir os gritos de desespero da menina. Eu e ela ficamos presos no camburão para depois sermos levados a delegacia de flagrantes, onde fui encarcerado até ser liberado por um advogado da Comissão de DH da OAB.

Quando gravei um PM dando uma cassetada numa menina com quase metade de sua altura, para evitar que virasse notícia, aprenderam minhas câmeras. Quando usei minha voz para que quem passava filmasse o que ocorria, me calaram com spray de pimenta. Sem voz para gritar, mas ainda podendo falar, me trancafiaram na viatura para que minhas palavras não repercutissem. Mesmo assim, aqui estou novamente, ainda os denunciando.

Nos jornais, é curioso como a PM tenta justificar sua violência. A agressão nunca parte da polícia, sempre do manifestante. Quando este é midiativista, ele é acusado de filmar “de forma agressiva”, nas palavras de assessor de imprensa da PM, capitão Flávio Santiago, em entrevista ao jornal O Tempo. Não sei o que pensar desta descrição, mas talvez, ele esteja certo. É hora de ver se a caneta é mais forte que o cassetete.



CAIO SANTOS é estudante de Jornalismo, fotógrafo, integrante do Jornalistas Livres.



foto Flora Silberschneider



foto Marianne Fonseca



foto Marianne Fonseca



foto Flora Silverschneider

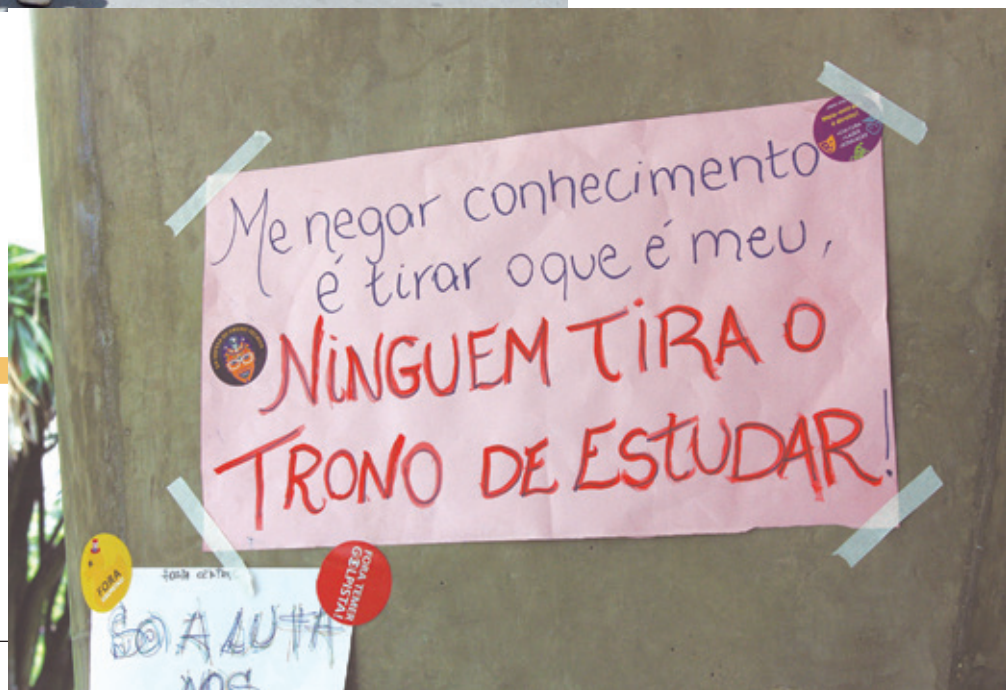


foto Marianne Fonseca



foto Flora Silverschneider

OCUPANDO O VÁCUO DE UM PAÍS

ARTÊNIO DANIEL

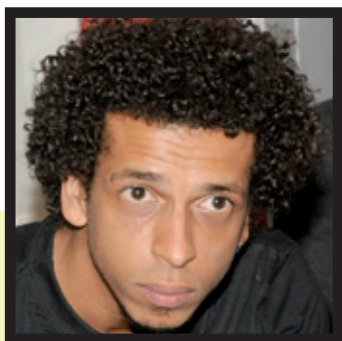
SEXTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2016, 23 HORAS. Dentro de um carro, cruzando a região centro-sul de Belo Horizonte, o advogado Daniel Deslandes, da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG conduz duas jovens para uma reunião de emergência em um restaurante. A primeira é Kessia Teixeira, 18 anos, presidenta da União Colegial de Minas Gerais. A segunda é a paranaense Camila Lanes, 20 anos, presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), carregando consigo a própria mala após ter chegado no mesmo dia à capital mineira.

Apesar do horário, nenhuma das duas fez mais do que uma refeição ainda. O cansaço e as olheiras do rosto são refletidos pela luz dos aparelhos celulares, na troca agitada de mensagens e ligações entre uma e outra curva. O carro estaciona no bairro Luxemburgo. Quem espera é o secretário adjunto de governo de Minas Gerais, Francisco Eduardo Moreira. Antes de começar a conversa na mesa da pizzeria, pergunta se as duas jovens querem comer. A negociação tem início ainda com as bocas cheias.

Estudantes, OAB e governo estão reunidos para tentar resolver um impasse de grande tensão. Dali a menos de dois dias será realizado o segundo turno das eleições municipais, mas as escolas de BH, locais de votação, estão ocupadas pelo movimento estudantil. Após uma tentativa frustrada de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral, a Justiça ordenou a desocupação de algumas instituições, apesar dos estudantes afirmarem que desejavam colaborar com a votação. Nesse momento, a Polícia Militar já está circulando em volta das escolas. São meninas e meninos de 14, 15, 16 anos, que estão naquele momento reunidos em assembleias e preparam a resistência à ação policial.

Kessia Teixeira e Camila Lanes estão à frente, respectivamente no estado e no Brasil, das grandes entidades que representam os chamados estudantes secundaristas. O nome está ligado à modalidade de ensino “secundário”, os antigos liceus do início do século XX que deram origem ao “segundo grau”, termo utilizado durante o regime militar e até há algumas décadas atrás. Atualmente, são considerados secundaristas no Brasil os alunos do ensino fundamental, médio, técnico, profissionalizante e preparatório. São o maior contingente educacional do país, somando uma população de aproximadamente 40 milhões de estudantes.

O movimento secundarista no Brasil tem vasto histórico. Os estudantes foram determinantes na luta pelo petróleo, durante a década de 1950, resistiram à ditadura militar, tendo Edson Luís, morto em 1968 aos 16 anos, como um dos maiores símbolos de mobilização contra ao regime; participaram das Diretas Já, comandaram a campanha dos cara-pintadas e o Fora Collor em 1992, impulsionaram as manifestações pelo passe livre nos transportes e contra o aumento das passagens, sendo os catalisadores das jornadas de junho de 2013.



ARTÊNIO DANIEL é jornalista, diretor do Sindicato, da Contra Regras Comunicação e assessor da União Nacional dos Estudantes (UNE).



No entanto, nenhuma ação organizada dos secundaristas havia ainda tido tanto alcance e fôlego como a onda nacional de ocupações de escolas. O movimento teve início em 2015, em São Paulo, contra o projeto de reorganização escolar no estado, e foi retomado em 2016. As ocupações retornaram após o golpe parlamentar sobre a presidenta Dilma Rousseff, consolidado no mês de agosto, e em protesto à proposta de Michel Temer para uma emenda constitucional de teto dos gastos públicos (PEC 55), prevendo o congelamento dos recursos das áreas sociais, inclusive a educação pública, por 20 anos.

De acordo com balanço da UBES, mais de mil escolas foram ocupadas em mais de 20 estados, uma rede articulada de mobilização jamais vista pela sociedade civil nacional. Pela internet, nas redes sociais, as milhões de curtidas e compartilhamentos caem sobre o vídeo do discurso da estudante paranaense Ana Júlia Ribeiro, 16 anos, na Assembleia Legislativa do Paraná. Na tela, a aparência franzina e a voz fraquejada pelas lágrimas das primeiras palavras dão lugar a uma argumentação poderosa em defesa das reivindicações das ocupações e da sua legitimidade. Após o vídeo de Ana Júlia, a parcela de brasileiros contrários à deposição de Dilma Rousseff e a PEC 55 escolhe os secundaristas como seus principais representantes.

DE DILMA A DANIELA

Daniela Nunes Moura, 16 anos, foi eleita presidenta do grêmio da sua escola no dia 31 de agosto de 2016. Segundo ela, a data já seria lembrada para o resto da sua vida apenas pela importância pessoal que carrega. Porém, o destino reservou uma lembrança ainda mais marcante para a adolescente belo-horizontina. Daniela estuda no Colégio Estadual Central, o mesmo que foi frequentado pela presidenta Dilma Rousseff e onde ela começou a sua militância. Daniela foi eleita exatamente no mesmo dia em que o Senado Federal aprovou o impeachment ilegítimo de Dilma e a afastou definitivamente do cargo.

“Como estamos no bairro de Lourdes, na zona sul, lembro das eleições da escola e, ao mesmo tempo, das panelas batendo em sinal ao impeachment. Foi uma coisa da qual nunca vou me esquecer, o sentimento de alegria, tristeza e da necessidade de resistência.” Nascida na periferia, ela conta que sempre precisou da escola pública e que comemorou quando conseguiu a vaga no Central, uma das instituições mais respeitadas e tradicionais da cidade. Para ela, o golpe sobre a presidenta é um golpe também sobre a juventude, principalmente a partir dos efeitos da PEC 55 e o congelamento de recursos da educação pública.



“Essa é a melhor escola pública de BH, ainda temos laboratórios, quadras, mas as pessoas não percebem que tudo isso pode acabar com a PEC e o corte dos investimentos. Imagine então o que sobra para as outras escolas piores, da periferia, que nem isso têm. O que será delas?”, pergunta. Daniela é uma das participantes da ocupação do Central, a primeira de Minas Gerais. Há diversas semanas longe de casa, dormindo e acordando na ocupação, ela diz que a experiência é de aprendizado: “A gente entra aqui uma pessoa e sai transformada. Eu abri mão da minha vida pessoal, dos meus amigos, da família para uma luta em defesa de todos os brasileiros. Isso que me motiva”.

Entretanto, nem todas as experiências da ocupação são fáceis. Durante o movimento, o Estadual Central tem sido vítima de ataques de diversos tipos, de grupos anônimos ou identificados com a direita. No dia 26 de outubro, um desses movimentos invadiu a ocupação e tentou intimidar os estudantes, que não reagiram e fizeram o grupo se retirar. Em outras ocasiões, segundo Daniela, foram lançadas bombas dentro da ocupação e realizadas ameaças por parte de indivíduos que circularam a escola de madrugada.

O clima de perseguição à juventude politizada do Central também existia 50 anos antes, em 1966, quando o hoje secretário estadual de Direitos Humanos Nilmário Miranda era um dos alunos. “Um dos episódios que foram marcantes foi o ataque de metralhadora na porta da casa de Marco Antônio Meier,

na época dirigente do Diretório Estudantil da escola. O veículo da família ficou completamente baleado. Aquilo era um aviso”, relembra Nilmário.

Ele relata como entrou, naquela época, para o movimento estudantil, dentro do Central. “Tive um professor chamado Neném e eu disse a ele que queria participar da mobilização. Foi então que ele me pediu para procurar uma outra aluna da minha idade, a Dilminha.” Era o primeiro contato entre os dois jovens que viriam a ser, décadas depois, ministros de estado do governo Lula, antes da eleição dela como primeira mulher presidenta da República.

“Eu estudava de noite e ela de manhã. Ela já era uma liderança na escola e participava da Polop (Organização Revolucionária Marxista Política Operária). Ela e outra estudante, a Regina, foram quem eu procurei para entrar no movimento”, conta. Em 1966, Dilma e Nilmário ingressaram juntos na Faculdade de Ciências Econômicas, em Belo Horizonte, mas logo os dois amigos iriam se separar. Com o acirramento da repressão da ditadura, no final da década de 1960, Dilma passou a militar na clandestinidade. Foi presa em janeiro de 1970 e permaneceu detida por dois anos, sendo brutalmente torturada nesse período.

Nilmário acredita que, um dos diferenciais do movimento de resistência da juventude hoje é a sua coragem. “Na nossa época tínhamos tanques de guerra nas ruas, metralhadoras, isso tudo intimidava. Já os secundaristas hoje são destemidos, ocupam, tomam posição. Eles que são a vanguarda atualmente. Sem contar que, além disso, são também quem representa melhor o povo nesse momento que estamos vivendo. Eles falam por eles mesmos”, avalia.



APÓS A REUNIÃO E A PIZZA, Kessia e Camila não conseguem a garantia de permanência dos estudantes nas escolas. Já passa da meia-noite e a informação é a de que a Tropa de Choque da Polícia Militar irá usar a força nas primeiras horas da manhã. Como trata-se do período de eleições, o comando para a ação policial está nas mãos da justiça eleitoral e há pouco o que se negociar. Dessa forma, as duas jovens decidem passar a madrugada visitando as escolas ocupadas. Estão espalhadas por todas as regiões de Belo Horizonte.

Na Escola Estadual Olegário Maciel, região central da capital, a reunião é realizada em uma sala de aula, com as carteiras em círculo. O prédio é antigo e o chão é frio. O ambiente está limpo e organizado. Lá dentro, os estudantes se dividem em comissões para cuidar das principais demandas. Representantes da secretaria estadual de educação também participam da reunião. Os estudantes estão exaustos, mas debatem intensamente, com alto grau de politização. Avaliam a situação nacional, estadual e, após discutir a situação, reafirmam o desejo de permanecer ocupados e resistir à ação da polícia dali a algumas horas.

Movimentos sociais, imprensa, advogados e outros apoiadores começam a ser convocados pelo telefone para estarem na porta da escola assim que o sol aparecer. A mobilização também é feita pelos grupos dos aplicativos Whatsapp e Telegram e logo atingem a rede de solidariedade das ocupações, oficializada há apenas um dia antes em reunião no Sindicato dos Jornalistas. A rede reúne cidadãos comuns de todas as idades que dão suporte aos jovens nas escolas, arrecadando alimentos, produzindo faixas e cartazes, organizando o auxílio à saúde dos estudantes, promovendo a comunicação e divulgação do que acontece nas instituições ocupadas.



SINÔNIMO DE RESISTÊNCIA

As ocupações são espaços completamente gestados pelos próprios estudantes, que decidem desde a forma de tomarem decisões ao posicionamento da escola em questões políticas do país. “As pessoas ainda subestimam os secundaristas, ainda menosprezam o que passamos e o que já sabemos”, afirma Alberto Francisco, 16 anos, ocupado na Escola Olegário Maciel em BH. “Isso acontece mesmo no movimento estudantil, quando realizamos ações junto os universitários e somos colocados em segundo plano. Muita gente na sociedade ainda acha que somos bobos, que não sabemos tanto o que estamos fazendo, mas a cada dia damos mais demonstrações da nossa capacidade”, argumenta.

Segundo Alberto, a resistência é a marca dos secundaristas. Dá o exemplo da própria experiência, precisando dormir sem conforto nas barracas da escola, em meio a más condições de estrutura e até mesmo animais como baratas e ratos. Outra dificuldade é conciliar a militância com o tempo dos estudos. “Dormimos tarde e acordamos muito cedo nas ocupações para assistir às aulas. Ainda assim dá para ter uma boa vida escolar, porque grande parte do aprendizado está nas trocas que temos durante a ocupação. Debatemos diversos assuntos, inclusive das matérias e disciplinas escolares, na ocupação estamos sempre aprendendo”, revela.

A estudante Letícia Pinho, 17, ocupada na Escola Três Poderes, diz o mesmo: “Há pessoas que olham pra gente e acham que a ocupação é sinônimo de sexo, drogas e brincadeira. Na verdade o sinônimo é assembleia, reunião, palestra, formas de conviver com os outros e decidir coletivamente, São coisas

que a gente não aprende na sala de aula”, afirma. De acordo com ela, grande parte do tempo é de concentração e planejamento: “Nossa situação é precária. Nossa comida é fruto da doação de outras pessoas. Temos que racionar o que recebemos, pensar em cozinhar sempre algo que sustente, mas que seja prático. Tudo é resolvido com muita dificuldade”, diz.

Para os estudantes, não é simples receber a carga de responsabilidade de ser o maior símbolo de esperança do país no período de enfrentamento ao golpe e aos retrocessos. “Muita gente fala que somos o movimento mais importante do Brasil nesse momento, que somos o norte do resto das pessoas contra a PEC, mas não sabe o que passamos. É importante ser reconhecido, mas precisamos é de auxílio, isso sim”, cobra Letícia.

O aluno Alberto, do Olegário Maciel, diz que esse auxílio acaba sendo dividido muitas vezes entre as próprias ocupações: “Quando começa o movimento em uma escola nova, nós tentamos ir lá para ajudar, levar os nossos depoimentos, dar um suporte para aqueles que têm menos experiência. Se for preciso até levar gente da nossa ocupação para dormir nas outras nos primeiros dias para garantir mais segurança”, conta.

Em Minas Gerais, as informações sobre como ajudar as ocupações estão no Facebook, por meio da página Ocupa Minas. O endereço é www.facebook.com/ocupaminas.



SÁBADO, 29 DE OUTUBRO. Dia nublado. Em outro ponto de Belo Horizonte, na região Venda Nova, a manhã já avança, mas a polícia ainda não chegou à porta da Escola Estadual Três Poderes, outra instituição que decidiu resistir. Pelo telefone, os jovens descobrem que a Escola Olegário Maciel também não havia sido reintegrada ainda. O sentimento é de apreensão e espera pela chegada dos policiais a qualquer momento. A escola fica próxima ao 13º Batalhão de Polícia, um dos principais da capital.

Do lado de fora, as faixas foram retiradas e alguns pais se aproximam para saber como os filhos estão. Ninguém entra e as informações são passadas quando alguns representantes vão à porta. Com sorriso no rosto, explicam que todos os jovens estão bem. Os familiares demonstram apoio. A curiosidade sobre o que se passa ali atinge os moradores do bairro, transeuntes, comerciantes vizinhos. Alguns sabem que a escola está ocupada, mas não o porquê.

Hora do almoço. Dentro da escola, apesar do clima de alerta, a decisão é almoçar e todos se dirigem ao refeitório. A comida foi preparada com a ajuda de uma das mães dos estudantes. No cardápio, galinhada e frango frito. Todos se ajeitam para comer, alguns esperando outros terminarem para usar os mesmos pratos e talheres. Nesse exato momento, alguém entra na escola. É Adriano Denardi, diretor-geral do Tribunal Regional Eleitoral em Minas Gerais, órgão responsável pela desocupação.

Apesar de estar ali para decidir o uso da força policial contra os jovens, Denardi é recebido com firmeza e respeito pelos estudantes, que imediatamente perguntam se também quer almoçar. Ele aceita. Ao contrário do que aconteceu no início da reportagem, dessa vez é o representante do poder público que inicia a negociação ainda com a boca cheia e são os jovens que oferecem a sua refeição. A conversa dura mais de uma hora e é tensa. A polícia está pronta e o TRE avisa que não há outra opção senão a saída dos jovens. Eles porém resistem, anunciam que ficam e que, se for assim, estão prontos para ação policial. O tribunal recua. A reintegração não acontece e a ocupação não é retirada.



SECUNDARISTAS PELO BRASIL

Entrevista com Camila Lanes, presidenta da UBES

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a maior e mais antiga entidade do movimento estudantil secundarista do país, está passando por desafios e transformações inéditas com a onda de ocupações que se espalharam nos últimos meses. Grande parte dos diretores da entidade está vivendo em alguma das escolas ocupadas, a comunicação e as decisões da organização são sempre na urgência, o clima de alerta é constante, a preocupação é permanente frente ao ambiente de ataque e violência de grupos intolerantes sobre as ocupações.

Camila Lanes, presidenta da entidade, 20 anos, conhece a realidade de estar ocupada desde os 16, quando se juntou ao acampamento que retomou a sede da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, em Curitiba. Desde então, praticamente não voltou para casa, ampliando a sua militância nas jornadas de junho de 2013, resistindo aos embates do movimento educacional no Paraná com os ataques do governador Beto Richa, sendo eleita presidenta da UBES, em 2015, exatamente no mesmo momento em que a primeira onda de ocupações tomou conta do país.

Veja abaixo um pouco do que pensa a líder secundarista;

-Como é ser mulher, jovem e desde os 16 anos já está engajada com a política, assumindo papel de liderança? Como é ocupar esse lugar?

-Primeiramente, Fora Temer. Em segundo lugar, é muito bom estar nesse espaço e saber que ele é nosso. Não só dos homens brancos de mais idade, mas também de estudantes, jovens, de meninos e meninas como nós. Por falar nisso, uma das coisas mais importantes desse momento é a ascensão das meninas nos espaços de poder. Adolescentes, jovens mulheres, todas marchando em direção à construção de uma sociedade igualitária. Tenho vivido ao lado de estudantes secundaristas de inúmeros estados, em um momento importante nas páginas da história do Brasil, que é a nossa primavera das ocupações.

-Quem são os ocupantes?

-São representantes da nossa diversidade. LGBTQTs, negros e negras, dos mais novos aos mais velhos, meninos e meninas. Sentir o quanto as ocupações colaboram para a o crescimento de cada secundarista é histórico e marcante. Lembro bem, enquanto eu estava na Ocupa Costa Viana (no Paraná), ouvir das meninas as exigências para participar da segurança e das rondas, para mais debates sobre o feminismo, empoderamento, combate às violências e às opressões. Isso é emocionante e gratificante. Estamos mudando algo grande.

-Quais são os preconceitos ainda existentes contra as ocupações?

-Uma ocupação vai além de simplesmente estar no espaço, é vivenciar a escola, sentir o que os funcionários, professores e comunidade passam todos os dias nos bastidores. Não é fácil. Nós, estudantes, somos sempre personagens que participam ali por algumas horas diárias de uma rotina engessada e dispersiva. Ocupar é puxar a responsabilidade para quem deve ser protagonista ali. Se o Estado não cuida, nós cuidamos.

-Por que ocupar?

-As ocupações nos trarão frutos, um futuro mais livre e democrático, onde meninos e meninas compreenderão o papel de cada um nessa sociedade. As mobilizações por tantos estados do Brasil são uma prova disso. A fala de Ana Júlia, estudante secundarista do Paraná na Assembleia Legislativa do estado é uma prova disso. As mobilizações e manifestações que estão sendo feitas também são provas disso. Nosso lema é "Ocupa tudo" e não iremos parar.

SÁBADO, MEIO DA TARDE. Chega à Escola Olegário Maciel a notícia de que os colegas da Três Poderes resistiram na negociação com TRE e que a desocupação policial não foi realizada. A informação motiva os estudantes, que reforçam a intenção de fazer o mesmo. Do lado de fora, policiais armados barram a entrada. Apoiadores, imprensa, pais e amigos conversam com os jovens ocupados pelas grades das janelas voltadas para a rua.

A juíza eleitoral Rosimere das Graças Couto chega para a negociação. Na entrada da ocupação, ela ouve as palavras de ordem dos estudantes contra PEC 55, em críticas ao ministério da Educação e à presidência da República. Senta para a reunião em uma roda, a reunião é toda conduzida pelos jovens. A juíza parece desconfortável e busca interromper as falas das outras pessoas com frequência. Os ocupados mantêm a firmeza e fazem as suas colocações. Explicam que querem colaborar com a garantia do direito constitucional ao voto, mas que também têm o direito de mobilização e manifestação de acordo com a lei.

Toda a reunião é transmitida ao vivo, pela internet, pela equipe da Mídia Ninja. O conteúdo alcança milhares de visualizações nas redes sociais e os internautas comentam em tempo real o andamento das negociações. Frente aos argumentos e ao firme posicionamento dos jovens, a juíza também recua, como aconteceu mais





cedo na negociação do Tribunal com os alunos ocupados na Escola Três Poderes. É firmado um acordo para que a ocupação não seja removida e que possa coexistir, de forma pacífica, com o processo eleitoral do dia seguinte. Já é noite do lado de fora quando a juíza deixa o local. Pela janela, os estudantes ocupados passam o recado para quem está fora. A ocupação resistiu e venceu. Os jovens se abraçam e aplaudem enquanto a Tropa de Choque da Polícia Militar recolhe o seu arsenal, retira os capacetes, e caminha em direção aos veículos para ir embora. Belo Horizonte será, no dia seguinte, mais uma das muitas cidades brasileiras que terão eleições e ocupações no mesmo espaço. Uma situação irônica no ano de 2016 para um país em que grande parcela da população denuncia ter tido o seu voto das últimas eleições desrespeitado, com o impeachment ilegítimo de uma presidenta democraticamente eleita.

Um dos apoiadores em frente à escola é um senhor de idade que comenta: “Eles são a nossa esperança agora após esse golpe. Ninguém estava conseguindo fazer nada e eles fizeram. Eles ocuparam esse vácuo. Eles são os nossos líderes nesse momento”. As pessoas se dispersam e o clima volta ao normal na noite de sábado no centro da capital mineira. A rua está vazia. As luzes ficam acesas na Escola Olegário Maciel.

CRÉDITO DAS FOTOS

Todas as fotos utilizadas nesta reportagem fazem parte de um concurso fotográfico e leilão promovido pelo coletivo mineiro Erro 99, o “Show de Likes”. Reunindo uma diversidade de imagens de diferentes fotógrafos do país, o “Show de Likes Edição Especial Ocupações” mostrou apenas ensaios com esse tema para o público no dia 25 de novembro, com a eleição dos cliques vencedores por voto popular. O Erro 99 autorizou o uso das fotos nesta edição da Pauta.

O coletivo surgiu em 2013 e é uma iniciativa de fotógrafos e produtores culturais belo-horizontinos que adotam a criatividade e a interação com o público como ferramentas para levar para os espaços de consumo e debate fotográfico pontos de vistas contemporâneos e populares acerca da produção e circulação de imagens. Dessa forma, buscam proporcionar o engajamento e interação do público para além dos espaços e papéis que normalmente lhe são oferecidos, e ao mesmo tempo questionar as estruturas do mercado da fotografia profissional e artística.

Saiba mais em: www.facebook.com/erro99.

OCUPANDO A SALA DE AULA... ... COM O CURSO LIVRE DE JORNALISMO

JOÃO CARLOS FIRPE PENNA

O sábado amanheceu frio e chuvoso. Apesar do mau tempo, aos poucos, eles foram chegando. Rapazes e moças. Na maioria, estudantes de jornalismo ou recém-formados.

Como transformar uma pauta mediana em uma bela reportagem?

O salão nobre do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, onde tantos eventos históricos já ocorreram, virou sala de aula naquele dia.

O que fazer com a manchete: “Menores roubam tênis de adolescente na porta de shopping”?

Começava naquele sábado, dia 5 de novembro de 2016, a primeira aula do Curso Livre de Jornalismo. Tive a ideia de criar esse curso como forma de continuar a dar aulas, depois de 29 anos como professor da PUC MG, instituição da qual fui demitido por falta de titularidade superior à graduação.

Como, muitas vezes, sobreviver ao editor medíocre e não perder a noção de que sua carreira é mais importante que o emprego do momento? Afinal, não importa onde você começa a trabalhar, mas, sim, onde termina...

A ideia era simples: oferecer aulas gratuitas aos jovens (ou futuros) profissionais, como complemento à formação acadêmica. Ou, ainda, como forma de ocupar uma lacuna cada vez mais comum nos cursos de jornalismo: a falta de aulas focadas no dia a dia da

profissão, com base na experiência de mercado do professor e de convidados especiais. Sempre com o relato de experiências da rotina do repórter ou do editor.

E então: os trabalhadores pedem reajuste ou reivindicam aumento? Os estudantes ocupam as escolas ou invadem o patrimônio público? O ministro admite a alta da inflação ou avalia que tudo volta ao normal em alguns meses? O “menor” que rouba o tênis não deveria ser tratado como um jovem em risco pessoal e social?

Como base em minha experiência de três décadas como repórter, pauteiro, colunista, comentarista e editor de economia e política em alguns jornais de BH e Brasília, eu sabia que “ainda tinha” o que compartilhar com esses jovens que chegam ao mercado. Dividir com eles esse conhecimento acumulado e essa prática trazidos do dia a dia do jornalismo, tão fundamental à formação, era imprescindível para mim.

Jornalismo, poder e sedução. Tudo isso junto e misturado pode ser explosivo. Por isso, vale o conselho: procure almoçar com sua fonte, mas evite jantar com ela...

Quando levei a ideia de criação do Curso Livre de Jornalismo a Kerison Lopes, presidente do Sindicato, ele topou no ato e passou a dar o suporte necessário.



JOÃO CARLOS FIRPE PENNA é jornalista, idealizador do Curso Livre de Jornalismo e ex-professor da PUC Minas.



Alunos da segunda turma do Curso Livre de Jornalismo, com o professor João Carlos e a vice-presidenta do Sindicato, Alessandra Mello, no centro

E, tão logo a proposta foi divulgada no site da entidade, a notícia bombou nas redes sociais. Fiquei impressionado com a velocidade de circulação da informação... Eram ex-alunos dizendo que queriam “voltar” à sala de aula; eram profissionais consagrados apoiando a iniciativa; e eram muitos os interessados no curso.

Em apenas uma semana, tivemos quase 300 inscrições. Não queria dar “aulão” ou palestras, consciente da minha expertise como professor: dar aula num clima de bate-papo, contando casos marcantes que não são contados por acaso. Por isso, abrimos cinco turmas, com média de 75 inscritos em cada.

Vidas esquecidas no IML. Quatro corpos que foram identificados, mas não reclamados. Ou seja, os parentes sabiam que eles estavam lá no IML, mas ninguém queria ir buscar ou dar enterro digno. Quem são esses personagens, excluídos não só na vida, mas também na morte? A pauta, criada por quatro alunos da época (Christiano Borges, Fabrício Santos, Laura Godoy, Valéria Mendes) virou proposta de TCC. Eu, que nunca fora muito de orientar tais projetos, topei no ato. E eis que a apuração foi virando texto, que foi virando história, que se transformou em livro-reportagem. Ganhou título: “Não reclamados: vidas esquecidas no IML”. Meses mais tarde, a obra ganhava prêmio Libero Badaró de Jornalismo, da revista “Imprensa”, de São Paulo, na categoria reportagem universitária. O livro ganhou prefácio do Caco Barcelos e ganhou o mundo pela PUC Editora. E os quatro autores? Ah, eles viraram notícia na imprensa e entraram com o pé direito na profissão.

Para mim, era mais uma comprovação da sinergia implacável da bela pauta com o tesão na apuração, a qualidade na redação e muita competência na edição. Simples, assim...

Em 2017, vamos consolidar ainda mais essa proposta, tão bem recebida por todos. As aulas serão sempre temáticas, com foco nos desafios da reportagem e na análise crítica da cobertura da mídia brasileira.

O bom jornalismo pode ser fruto de ações simples, mas o repórter precisa ser que nem goleiro em final de campeonato diante do pênalti – tem que ser bom e ter sorte...

Pois bem, eu imaginava que o curso iria “pegar”, pela quantidade de ex-alunos que tenho pelo mercado afora e que poderiam ajudar na divulgação. Mas confesso que o interesse foi muito maior do que se esperava. Vários professores (alguns que eu nem conheço) indicaram o curso aos seus alunos. Outros “botaram fogo” via Facebook (“Corre que as vagas são limitadas!”). Pois não é que deu certo? Entre os inscritos, estudantes de praticamente todas as faculdades de BH. Além de alunos de escolas de outras cidades, como Viçosa, Ouro Preto, São João del-Rei, Pará de Minas etc.

Greve na fábrica. Em poucos dias, ela foi ocupada pelos líderes do movimento. Lá dentro, o grupo ameaça parar o alto forno. Lá de fora, vem o corte de energia, de alimentos e de negociação. Cenas de amotinados encapuzados e com barras de ferro na mão rodam o mundo. A imprensa internacional chega ao Barreiro, em BH. Nossa equipe, da editoria de Economia do Hoje em Dia, está na porta, 24 horas por dia. De repente, surge o convite clandestino, para uma das repórteres da equipe da qual eu era o editor: se ela quisesse entrar escondida na fábrica, eles davam um jeito. Cabe a mim a decisão. Converso com a turma. Uns acham que não podemos perder a chance histórica. O mundo queria saber como estava tudo lá dentro. Outros consideram óbvio o risco para uma jovem repórter. Sabia que minha equipe tinha credibilidade com os grevistas – daí o convite. Resolvo contemporizar: eles convida-

riam um repórter (homem) para entrar, ao invés da moça? Mandamos a pergunta. Vem a resposta: não. Vem então a certeza: desisto do furo.

As aulas são gratuitas. Professor e convidados nada recebem. Vou chamar isso de “escola 100%”. Ela é 100% livre de obrigações – chamadas, provas, notas e diploma. Por isso, nela, todos têm 100% – de interesse, de vontade de aprender e de compartilhar. E 100% de liberdade para ir embora, se achar que não vale a pena perder tempo ali.

E por que o Curso Livre está atraindo tanto o interesse da galera? Lógico que o nome do professor e a expectativa de aulas de qualidade têm grande peso. Mas há algo muito interessante aí nessa opção espontânea e extramuros de educação informal. Algo que tem tudo a ver com o tema de capa desta edição da revista Pauta – Jornalistas ocupam o jornalismo.

Olhando nos olhos brilhantes daquelas dezenas de jovens que iam passando pelo Curso Livre, não tive dúvidas: estávamos, de alguma forma, ocupando a sala de aula.

Não a sala da escola, mas a da vida de cada um de nós, que temos a pretensão de sermos agentes transformadores das nossas próprias histórias.

curso **LIVRE** **de jornalismo**

**Com João Carlos Firpe Penna
e convidados**

POR UM NOVO SEMANÁRIO

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA

De onde partiu o ataque que derubou Dilma Rousseff? Na capa da edição 78 da nossa revista mensal Retrato do Brasil, no final de 2013, dissemos, citando críticas à política econômica do governo feitas por executivos de bancos internacionais, que “após uma folga aparente, os grillhões da velha dependência financeira do País” tinham voltado “a incomodar”. Os dois governos Lula tinham, no geral, se beneficiado da alta nos preços das commodities e do crescimento da economia chinesa. A partir de 2014, porém, no rescaldo da crise financeira internacional e com a desaceleração do crescimento chinês, o Brasil parou de crescer. Em 2015, fez-se o maior corte de despesas públicas da história recente e a economia afundou: o PIB caiu 3,8% em relação a 2014. Para completar, a presidente perdeu o controle da base política, uma horda de opositores se formou em torno do vice, Michel Temer, e formalizou seu impeachment.

O novo governo já mostrou como pretende sair da crise. Quer reformar a Constituição para congelar gastos reais pelos próximos dez ou vinte anos; ampliar a idade mínima para aposentadoria; afrouxar as leis trabalhistas para permitir a terceirização; e, especialmente, começar novo ciclo de privatizações. Apesar da recessão, o Banco Central mantém os juros de curto prazo mais altos do mundo – em 2015, isso custou cerca de 500 bilhões de reais. E, para atrair capitais de fora, garantindo-lhes que haverá dólares para repatriar seus lucros quando quiserem sair do País, o BC mantém aplicados, no exterior, a juros baixíssimos, cerca de 370 bilhões de dólares, que capta a custo altíssimo, graças ao esforço exportador da economia nacional.

Como jornalistas, o que podemos fazer? Na Editora Manifesto, a partir de janeiro de 2015 trabalhamos com

um núcleo profissional mínimo para acumular recursos e discutir nacionalmente um novo projeto. Nos últimos anos, para fazer uma revista mensal, contamos com equipe de uma dúzia de profissionais, ao custo aproximado de 100 mil reais mensais. Mas a publicação mensal tem pouca presença na conjuntura e outra desvantagem: sua receita só permite sustentar uma pequena equipe. E uma equipe maior é essencial. Com a internet, a velocidade das informações mudou brutalmente. Hoje, para acompanhar com matérias de qualidade os múltiplos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da conjuntura é preciso uma grande e afinada equipe, tanto para reportagens e entrevistas como para pesquisa e intervenção na internet, à qual a população está ligada.

Nosso objetivo, agora, é ter, em cerca de dois anos, recursos para manter uma equipe capaz de produzir um semanário: 30 a 40 pessoas para acompanhar a conjuntura do dia a dia, produzir três a quatro dúzias de notas semanais e, ao longo do ano, escrever uma dúzia de textos de aprofundamento de temas mais complexos. Isso exige receita aproximada de 400 mil reais mensais, o equivalente a 10 mil apoiadores pagando 40 reais por mês. Para comparar: em 1980, com o Regime Militar em crise, o jornal Movimento, um semanário, tinha 285 colaboradores regulares nas áreas editorial, administrativa e comercial, e correspondentes em diversas cidades.

Para custear a primeira fase da campanha de debate sobre esse projeto produzimos e colocamos à venda

um livreto em que resumimos nossa produção nos cerca de 20 anos da Editora Manifesto e fazemos referência às nossas experiências anteriores com os jornais Opinião e Movimento. Um DVD acompanha o livreto. Nele, estão digitalizadas as coleções completas das revistas Reportagem e Retrato do Brasil. Convidamos os colegas jornalistas de Minas Gerais a participar do debate e nos ajudar a vender esse material para custear a campanha que pode ser o início de uma nova caminhada pela independência nacional, pela democracia e pela elevação do padrão de vida material e cultural dos trabalhadores.

E-mail: novo_projeto@editoramanifesto.com.br
Telefone: (11) 9-9907-2694.



RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA é jornalista, diretor editorial da revista Retrato do Brasil. Dirigiu os jornais Opinião e Movimento. Trabalhou em diversos veículos da grande imprensa, como as revistas Realidade, Veja, Ciência Ilustrada, IstoÉ e Senhor.

UM PAR DE GIRASSÓIS

MARCELO MACHADO

Na sexta-feira 18 de novembro, eu parti do Santa Efigênia caminhando à Savassi para encontrar-me com um amigo em um Café.

Passéi por uma conhecida feira de flores no bairro e deparei-me com uma banquinha de girassóis.

Lembrei-me do meu saudoso avô Sérgio Rosa Machado. Como ele amava os girassóis! Tanto que passou as últimas horas de vida ao lado de um.

Decidi comprar um para minha mulher e outro para minha sogra.

E, inédita e inusitadamente, pus-me a caminhar por calçadas e ruas, rumo à Savassi, com dois baitas girassóis em punho.

Uma senhora no caminho não resistiu e me parou para perguntar:

“Quem é a sortuda?”

Ao saber que minha sogra seria uma das contempladas, espantou-se.

“Dar flores à sogra? Achei que isso não existisse mais... Eu sou como Adão.

Não tenho sogra nem caminhão”, disparou ela, indo embora às gargalhadas.

Mais adiante, uma outra senhora passou carregando um cãozinho Shih-Tzu no colo.

Ela me olhou, incrédula. Até o Shih-Tzu passou encarando a mim e aos girassóis.

Percebi que estava atraindo olhares por onde passava.

Uma menina cruzou o caminho e brincou:

“São para mim? Diga que sim. Girassóis trazem prosperidade, sabia?” Não sabia. Ou não me lembrava.

Cheguei ao Café e encontrei meu amigo sentado à mesa, esperando-me.

Ele sorriu.

“Não precisava”, brincou, nitidamente sem graça com os olhares alheios de mesas vizinhas, insinuando com bom humor que o par de girassóis era para ele.

Bem...

Eu fui convidado a falar aqui sobre minha experiência com o portal Viva Pampulha, há quatro meses no ar. E por qual motivo viajei na maionese com este nariz de cera?

Porque o Viva Pampulha é o meu par de girassóis.

É o fazer diferente, é sair do mais do mesmo.

O mercado está uma droga. A crise no jornalismo e da profissão está imbricada a muitas outras: a crise do impresso, das empresas de comunicação, da economia...

Os empregos sumiram.

Vai sobreviver quem ousar, quem se propuser ao diferente, quem agir.

Não vale a pena ser o último a sair e apagar a luz. A não ser que você seja uma das pessoas na sala de jantar, ocupadas em nascer e morrer.

O jornalista, hoje, tem a condição de ser um veículo de comunicação. A internet é um canhão.

Claro, não é fácil ser notado, chegar a 1000 cliques por dia e ser aceito pelo mercado e pelas agências. Não é fácil virar referência. Mas, o que é fácil nesta vida?

Somos profissionais de conteúdo. Como vender? Como monetizar?

Este é o grande desafio.

Fato é que o jornalismo ultralocal é o presente e o futuro. As pessoas querem saber o que se passa na rua delas, no bairro, na cidade. Não há mais tempo para saber o que se passa em Minsk todo dia.

Tem uma ideia na gaveta?

Tire-a! Planeje-se! Prepare-se! Execute-a!

Sim, falar é fácil e fazer, não. Mas, e daí? Vai desistir sem tentar?

Experimente andar pela rua afora com seu par de girassóis.

Se for um belo par, você vai atrair as atenções.

Boa sorte!



MARCELO MACHADO é editor do portal de notícias Viva Pampulha. Tem mais de 20 anos de jornalismo. Passou por Lance!, Globoesporte.com, Rede Minas, A Tarde (BA) e Hoje em Dia.

O SOM DO SILÊNCIO

NATÁLIA MARTINO
E LEO DRUMOND

Acontece atrás das grades, fica Atrás das grades. O justo e o injusto do nosso sistema penitenciário costuma estar protegido pelo sigilo dos muros prisionais. Vez ou outra, os segredos mais sórdidos estouram nas manchetes em forma de escândalos. Outras vezes, mais raras, aparecem como histórias edificantes daqueles que foram “reeducados”. Mas enfim, quem são, o que pensam, o que desejam, o que sentem os mais de 600 mil homens e mulheres privados de liberdade no país? A Estrela surgiu para que eles possam responder a essa perguntas.

Parte do Projeto VOZ, um conjunto de iniciativas nas áreas da educação e comunicação em unidades prisionais, a revista é um canal de expressão dos detentos. Eles passam por aulas sobre técnicas e conceitos do jornalismo, da fotografia e do vídeo, práticas monitoradas, discussão de pautas e tempo para produção de conteúdo dentro e fora das unidades prisionais. Depois de algum tempo trabalhando nos bastidos, conseguimos transformar A Estrela numa publicação periódica. A edição piloto circulou em dezembro de 2014 e o segundo número somente em setembro deste ano, quando fomos contemplados no edital Rumos Itaú Cultural. Outras três edições estão previstas para 2017.

Quando pessoas privadas de liberdade escrevem, fotografam, se expressam, surge uma vida que vai além do crime. Sim, aquelas pessoas cometeram um ato criminoso e estão pagando por isso. Mas elas são muito maiores que seu erro. São pais, são mães, são filhos, são irmãos. Elas têm relacionamentos, têm sonhos, têm medos, têm arrependimentos, como qualquer outra pessoa.



Leo e Natália, no centro, com o pessoal da revista A Estrela

Quando conversamos com elas isso fica muito óbvio. São pessoas se mostrando para além dos crimes que cometeram.

A Estrela permite que pessoas falem de um ambiente onde é proibido se expressar. A partir do momento que eles são privados de liberdade, eles recebem outras privações. Uma delas é não poder se comunicar. Tudo que entra ou que sai do presídio, cartas, presentes, telefonemas, é fiscalizado. A Estrela é o canal de diálogo com o mundo de fora.

É mais que isso. São homens sentenciados a privação de liberdade saindo da unidade prisional com câmeras nos pescoços. São esses mesmos homens parados na rodovia fotografando. Homens se emocionando por serem cumprimentados pelos motoristas da rodovia, que não sabiam ser eles presos e os viam apenas como homens. São homens voltando a sonhar ou a temer porque sentiram um cheiro do qual não se lembravam mais.

LEO DRUMOND é fotógrafo documentarista, professor e um dos sócios da Nitro, coletivo de produção de imagens de BH. É formado em Design Gráfico pela UEMG e tem pós-graduação em Cinema Documentário pela UNA. Ganhou o Prêmio Jabuti de melhor livro de fotografia com *Os Chicos*.

NATÁLIA MARTINO é jornalista freelancer e assessora de comunicação. Atuou em veículos tradicionais, como a revista Istoé, e em publicações especializadas em direito, como a antiga Revista Fórum Cesa. Tem graduação em Jornalismo e especialização em História e Culturas Políticas, pela UFMG.

COM FÔLEGO DE FOCA, DE NOVO

IVANA MOREIRA

Passei algumas madrugadas de novembro devorando o livro “Roberto Civita, O dono da banca”. O biografado, o falecido ex-presidente da editora Abril, foi meu empregador e o autor da obra, Carlos Maranhão, foi meu chefe – fatos que já justificariam meu interesse. Mas o que realmente me atraiu na publicação foi a possibilidade de ver além das redações criadas por “dr. Roberto”, de enxergar os bastidores por trás dos veículos de comunicação. Se a biografia tivesse sido lançada há dois anos, quando eu ainda era a editora-chefe da Veja BH, talvez não tivesse me interessado tanto. A jornalista-funcionária que eu era se preocupava muito com o produto final e pouco ou nada com o modelo de negócios que sustentava o bom emprego que ela tinha.

Tudo mudou no ano passado, quando decidi me tornar uma jornalista-empreendedora, dona do próprio veículo de comunicação: a Canguru. Lançada em outubro de 2015, a Canguru é uma plataforma de conteúdo sobre a primeira infância, voltada para pais e educadores, com diferentes canais de distribuição: revista impressa, portal, redes sociais, coluna em rádio, eventos. Mas o carro-chefe da plataforma é a publicação mensal, que vai para a casa de 25.000 alunos de 150 escolas de educação infantil de Belo Horizonte.

Pode parecer loucura lançar uma revista impressa em plena crise do jornalismo em papel. Afinal, vi a revista impressa que eu chefiava fechar em abril de 2015, deixando duas dezenas de jornalistas desempregados. Estou convencida, no entanto, que a crise não é do produto e sim do modelo que sustenta os veículos de comunicação tradicionais. As pessoas ainda querem (e vão continuar querendo) ler revistas se elas tiverem boa qualidade, forem acessíveis (de preferência gratuitas), com um canal de distribuição bem conveniente.

Hoje, a Canguru está com a tiragem esgotada, não consegue atender todos os pedidos de escolas interessadas em distribuir a revista. Ainda não é uma empresa lucrativa, mas já é um exemplo de sucesso editorial. Ao longo dos últimos 18 meses, desde que resolvi empreender, conheci iniciativas incríveis de colegas que seguiram pelo mesmo caminho e estão descobrindo formas de financiar seus projetos.

Focados nos mais diferentes nichos, não faltam casos de veículos bem-sucedidos, tão relevantes para seus leitores quanto para seus anunciantes.

Minha jornada à frente da Canguru não tem sido fácil. Nada do que eu vivi como funcionária, mesmo em cargos de comando em grandes redações, me preparou para o que eu tenho enfrentado como empreendedora. Preciso me reinventar todos os dias e conviver com o constante medo do fracasso. Mas lendo a biografia de Roberto Civita, concluo que para ele também não foi fácil. Ser herdeiro de uma família abastada num tempo em que não havia a concorrência das mídias digitais não fez sua empreitada ser menos penosa do que a minha. Os desafios são outros. Só isso. Mas paixão pelo jornalismo, a dele e a minha, é a mesma.

Como a repórter que iniciou carreira na editoria de Cidades do Estadão, em 1995, me sinto hoje cheia de entusiasmo, energia, vontade de aprender. Com fôlego de foca, de novo, mais de vinte anos depois. E isso é simplesmente delicioso. Não há crise que possa abalar meu orgulho de ser jornalista.



IVANA MOREIRA é jornalista formada pela UFMG. Foi editora-chefe da Veja BH, editora executiva do jornal Metro, chefe de redação da rádio BandNews FM, chefe de redação da TV Band Minas, correspondente do jornal Valor Econômico, repórter do jornal O Estado de S. Paulo e repórter-intercambista do jornal The Miami Herald (EUA).

DEMOCRACIA

CARLOS CÂNDIDO

O que mais me assombra neste fim de 2016 não é a agenda de retrocessos do governo Temer nem o avanço fulminante do golpe, é a paralisia da esquerda. Passamos mais de um ano gritando “Não vai ter golpe!” – mas houve e pouco fizemos para detê-lo. A esquerda não tinha plano b, não tem um plano para resistir e muito menos tem um programa para recuperar a democracia. No entanto, o programa democrático está aí, saltando aos olhos.

Do ponto de vista histórico, o golpe não é só uma derrota da esquerda, mais uma vez apeada do poder. É uma derrota política da chamada Nova República, o regime costurado pelas forças democráticas para substituir a ditadura. É uma derrota para os próprios partidos golpistas – PMDB, PSDB, PPS e outros, incluindo o DEM, ex-PFL, a dissidência pró-democracia do PDS, ex-Arena, o partido da ditadura.

Ao mesmo tempo, o golpe parece demonstrar que não progredimos, que a democracia não se sustenta no Brasil, que vivemos alternando períodos democráticos e períodos autoritários.

Ao participar do golpe, a nova direita, que nos anos 70 e 80 somou forças à esquerda contra a ditadura, reconheceu sua incompetência eleitoral e sua falta de convicção democrática. Atestou que não é capaz de implantar seu programa a não ser pelo golpe. Dispensou a democracia e tornou-se, consequentemente, dispensável nela.

A ideia de que a democracia não é viável no Brasil é uma velha tese da esquerda marxista. Durante o autoritarismo militar ela argumentava que lutar pela democracia burguesa era enganar o povo e que a ditadura deveria ser sucedida por um governo revolucionário dos trabalhadores.

A transição pacífica de 1985 e a Nova República derrotaram tal tese, que pareceu definitivamente sepultada em 2003 com a chegada ao poder de um partido de esquerda e herança socialista. O golpe ressuscitou a tese da revolução socialista.

Direita no poder só com golpe, na democracia só dá esquerda. Tal é o paradoxo brasileiro, que leva democratas de esquerda a descartar a democracia e democratas de direita a aderir ao golpe.

Tão contraditória quanto a oposição de direita é a esquerda no poder. O principal partido de esquerda do país fez um governo de coalizão com a direita e adotou grande parte do ideário desta, o chamado neoliberalismo.

Quem acredita que o golpe foi feito para combater a corrupção acredita em tudo. Os fatos que sucederam a deposição da presidenta Dilma mostram fartamente os motivos escusos da conspiração: tomar o pré-sal, fazer reformas antipopulares, arrochar salários, cortar direitos, salvar os políticos corruptos e a grande mídia falida, preservar privilégios das castas que dominam o país: juízes, militares, políticos, procuradores, policiais, servidores do legislativo e judiciário etc.

Os fatos mostram também no que consiste um programa de esquerda para o Brasil: democratizar esta nação tão desigual, tão injusta, tão autoritária.

A começar pela comunicação: não haverá democracia no Brasil enquanto a comunicação não for democratizada.

Democratizar é o verbo que une o povo brasileiro. Democratizar a educação, democratizar a saúde, democratizar a previdência, democratizar a cultura, democratizar a terra, democratizar a cidade, democratizar a polícia, democratizar a política, democratizar a justiça. Democratizar os direitos e os deveres dos brasileiros.

O golpe de 2016 mostrou que a direita brasileira não cabe na democracia e que o programa da esquerda cabe numa só palavra: democracia.



CARLOS CÂNDIDO é jornalista, assessor de comunicação do Sindicato, autor de livros, entre eles “60 anos de grandes obras e histórias – a construção do Brasil”.

AS BICICLETAS CUBANAS



Em novembro de 2016 o mundo deu adeus à maior figura política do século XX: Fidel Alejandro Castro Ruiz. À frente de Cuba por tantas décadas, muito se ressalta os ganhos na educação e saúde do país sob a batuta do “comandante”, como Fidel era chamado. Quando estive pela primeira vez em Cuba, em 2009, tive a sorte de conhecer um pouco da ilha enquanto ele era vivo. Foi uma viagem marcante da qual nunca esquecerei. Li bastante antes de viajar até lá. Um povo culto, hospitaleiro. Sobrevivente. Quando fui a Cuba eu estava com aquela carga à qual somos submetidos aqui na América do Sul: um olhar da ilha pelos binóculos fabricados nos EUA. Depois de quase um mês lá desfiz muitos conceitos. Apesar disso, Fidel nunca foi meu ídolo. Tenho certa aversão a idolatria política. Acredito que muitas pessoas que vociferam contra Fidel e Cuba, sem nunca terem ido lá, tão pouco conhecem o que as ditaduras modernas estão fazendo com o mundo. Falam do comunismo mas desconhecem o que o ditador da Síria está fazendo com crianças e com apoio e armas dos EUA. Aliás, em Cuba foi onde vi crianças mais seguras (de todos os lugares que fui depois). Elas andavam de mãos dadas sozinhas em direção às escolas.

Cuba também é um país seguro para ciclistas. A crise no setor de transporte, que afeta a Ilha desde a década de 90, tornou a bicicleta o principal veículo particular dos cubanos. O reflexo é visível nas cidades cubanas cheias de bicicletas e com ótimos indicadores. Em minhas viagens à ilha nunca testemunhei acidente (ou incidente) de trânsito. Com 8,6 mortes no trânsito a cada 100 mil habitantes, Cuba ocupa o terceiro lugar das Américas entre os países que menos tiram vidas nas vias. Já no Brasil são 23,4 a cada 100 mil habitantes, tornando nosso país um dos quatro que mais matam (Fonte: OMS).

Pedalar em Cuba é tão seguro que no dia a dia é possível notar bicicletas, carroças, triciclos, carros, caminhões e ônibus ocupando a mesma via e compartilhando o espaço tranquilamente. Outra cena rara no mundo: em muitos lugares de Cuba as bicicletas não são trancadas. O baixo índice de criminalidade deixa as bicicletas livres e soltas.



GIL SOTERO é jornalista, blogueiro e ciclotivista.

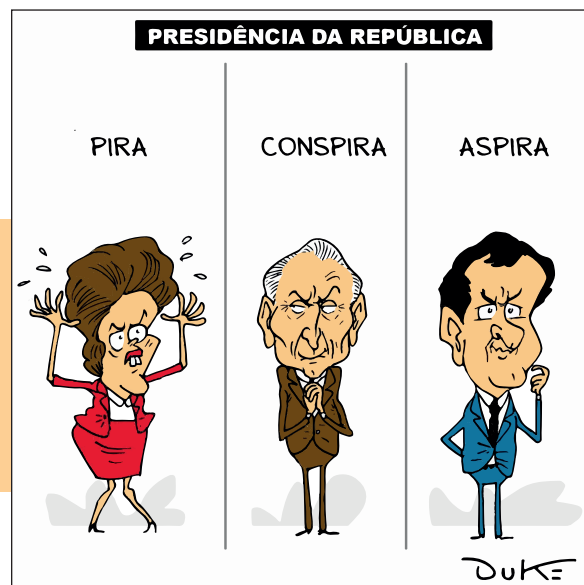
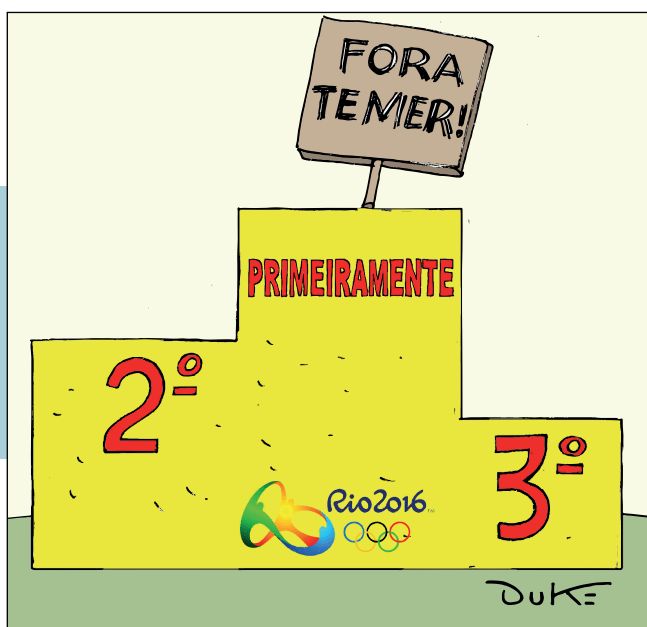


A escassez de peças para bicicletas (uma das consequências do embargo econômico imposto pelos EUA a Cuba) fez os cubanos usarem a criatividade para manter em funcionamento bicicletas que estariam no ferro velho de muitos países. Em Cuba as bicicletas sofrem inúmeras transformações enquanto cumprem suas principais funções; transporte de pessoas e de cargas. Com uma pequena câmera mirrorless registrei em 2013 um pouco desse cotidiano de duas cidades cubanas: Havana e a Ilha da Juventude.

Adeus Fidel!



2016, NOS TRAÇOS DO DUKE



DUKE é chargista dos jornais *O Tempo* e *Super Notícia* e do portal *Dom Total*. É editor da página de jogos e diversão do suplemento infantil *Tempinho* e da página de quadrinhos, jogos e entretenimento *Supimpa*.









QUATRO PODERES CONTRA OS TRABALHADORES

As eleições de 2014 colocaram no Congresso Nacional a banca-
da de deputados e senadores mais conservadores em muitas décadas, o pior Congresso da história brasileira, segundo alguns analistas. O golpe que afastou a presidente Dilma Rousseff em 2016 colocou no governo um presidente apoiado por conservadores e neoliberais, que, para se manter no poder, põe em prática extensa agenda conservadora, neoliberal e antinacional. Para completar, o Supremo Tribunal Federal (STF), politizado como raramente se viu e atuando no vácuo de poder, desengaveta julgamentos cujas decisões repercutem sobre todas as relações de trabalho do país.

Este quadro, no qual os três poderes da República parecem ter se unido para atacar os trabalhadores, confirma a previsão do jornalista Fernando Moraes, publicada na edição nº 3 desta revista Pauta, de que o golpe de 2016 “será devastador”. Se, como afirma outro jornalista, Paulo Henrique Amorim, em matéria também publicada na Pauta, na edição nº 2, “o quarto poder”, a imprensa, “é na verdade o primeiro poder, que põe e

depõe presidentes”, e apoiou o golpe desde o primeiro momento, não resta aos trabalhadores, na atual conjuntura, contar com mais ninguém, a não ser com suas próprias forças. E fazer como estudantes, mulheres, artistas, negros e LGTB, que têm se mobilizado para resistir.

“A pauta do governo golpista é a desregulamentação da legislação trabalhista e a mudança nas regras da Previdência”, definiu o advogado Luciano Silva, que assiste os jornalistas do Sindicato. Em palestra durante o 14º Congresso Estadual de Jornalistas, realizado em abril deste ano, ele havia denunciado a intransigência patronal nas negociações salariais e previsto que a onda conservadora colocaria os trabalhadores “de joelhos”. “Tudo que eu disse está se confirmando.”

Vários projetos de lei tramitam no Congresso contendo prejuízos aos trabalhadores e até aos sindicatos. O PL 5479/2016, do deputado Rogério Peninha, do PMDB-SC, quer retomar o controle do Estado sobre os sindicatos, como acontecia durante a ditadura. A autonomia sindical está garantida na Constituição de 1988, o



2016 foi um ano de protestos de jornalistas mineiros contra descumprimento da legislação trabalhista pelos patrões

que não significa muito nos dias atuais, já que também garantia o mandato da presidenta eleita pela maioria e que foi afastada pelo Congresso. Pelo projeto do deputado catarinense, os sindicatos passariam a ser fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União.

DITADURA DO JUDICIÁRIO

A situação tornou-se ainda mais grave com a entrada em cena do STF. Algumas decisões recentes dos ministros Gilmar Mendes, Teori Zavascki e Luís Roberto Barroso têm efeitos profundos sobre os trabalhadores, com o agravante de que, contra o STF, não há a quem recorrer.

“A discussão no Judiciário é hermética, elimina o debate e as mobilizações que acontecem quando a decisão é tomada no Congresso”, analisou Luciano Silva. Ele considera que, dessa forma, via STF, os direitos dos trabalhadores poderão ser retirados sem que o governo Temer precise fazer nada. “Os assuntos que interessam ao golpe estão sendo tirados do Congresso e decididos pelo Judiciário.”

Ele disse que matérias que deveriam ser decididas pelo Congresso estão sendo judicializadas. “Com o governo, com o Congresso, é possível protestar, pressionar, negociar. Contra o Supremo, vai-se fazer o quê?”, perguntou o advogado trabalhista, para responder ele mesmo: “A pior ditadura é a ditadura do Judiciário”.

Para entender a perplexidade de Luciano Silva, basta analisar as decisões citadas por ele. No dia 14 de outubro o ministro Gilmar Mendes decidiu, em liminar favorável à Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), suspender a Súmula 277 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), de 2012, que mantém a vigência das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) até a assinatura de novas convenções.

De uma penada, o ministro do STF afetou todas as campanhas salariais em curso e fez o prato da Justiça pender descaradamente para os patrões, favorecendo a intransigência patronal e a procrastinação das negociações, pois se a Convenção não for assinada

até a data-base, os direitos previstos na Convenção anterior já não valem mais. Este quadro já se verificou em 2016 com os jornalistas mineiros, especialmente os que trabalham em jornais e revistas. “A consequência é que o Sindicato tem que negociar para não perder conquistas”, explicou o advogado.

NEGOCIADO X LEGISLADO

A decisão ainda deve ser referendada pelo plenário do STF, mas decisões de outros ministros indicam que eles não estão dispostos a defender direitos trabalhistas. O próprio Gilmar Mendes, que é empresário do setor da educação, afirmou em entrevista sua posição favorável à prevalência do negociado sobre o legislado. Disse que o TST intervém exageradamente nas relações trabalhistas e que é preciso “modernizar” a legislação que ampara o trabalhador. Disse ainda que é preciso estimular as negociações e fazer concessões.

Curioso é que a modernização, as concessões e as negociações implicam sempre em perdas para os trabalhadores. São os casos de duas outras decisões do STF. Na primeira, em 30 de abril de 2015, o STF validou acordo no qual trabalhadores do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) abriram mão de direitos previstos em lei. O TST não reconheceu esse acordo por entender que “direitos trabalhistas são indisponíveis e irrenunciáveis”.

Em decisão publicada no dia 13 de setembro de 2016, o ministro Teori Zavascki reformou outra decisão do TST, que havia anulado uma cláusula de acordo coletivo que excluía o pagamento das horas in itinere, isto é, horas de deslocamento entre a residência e o trabalho e vice-versa, consideradas como horas extras. Empresa e sindicato tinham negociado a troca desse pagamento por outros benefícios aos empregados, mas o TST entendeu que um acordo não pode prejudicar direitos dos trabalhadores. O ministro Zavascki tomou como base para sua decisão a decisão anterior do STF no caso BESC.

TERCEIRIZAÇÃO GERAL

As decisões parecem ter sido tomadas de encomenda para o governo Temer, cujo programa, ironicamente denominado “Ponte para o futuro”, propõe a prevalência do negociado sobre o legislado. Pelo menos no caso trabalhista, trata-se de retroceder ao começo do século XX, ao período anterior à Revolução de 1930, quando não havia legislação para proteger os trabalhadores.

A maior ameaça às relações trabalhistas no país é a liberação geral da terceirização, que está em pauta no Congresso, por meio de projetos de lei. Mais uma vez, porém, o Legislativo pode ser substituído pelo Judiciário, caso o STF declare inconstitucional a Súmula 331 do TST, de 1993, em ação movida pela empresa Cenibra. A Súmula 331 autoriza a terceirização em casos que envolvam serviços chamados de “atividade-meio”, isto é, aqueles que não são a atividade principal da empresa, mas não em “atividade-meio”.

A Cenibra, empresa que planta eucalipto para produção de papel em Minas Gerais, foi penalizada por terceirizar “atividade-meio”. Num processo que começou em 2001, o decumprimento da lei foi denunciado pelo sindicato dos trabalhadores, comprovado pelo Ministério Público do Trabalho e punido pela Justiça do Trabalho. A empresa recorreu e perdeu em todas as instâncias. Recorreu então ao STF, alegando ser inconstitucional a Súmula 331. O ministro Luiz Fux inicialmente negou o recurso, mas posteriormente mudou de ideia e encaminhou a decisão para o plenário do STF.

Como todo trabalhador e todo sindicato sabe, por experiência, terceirização significa precarização. Inúmeros estudos confirmam que os trabalhadores de empresas terceirizadas trabalham mais, ganham menos e têm menos benefícios que os trabalhadores contratados diretamente. Além disso, a terceirização dificulta a organização dos trabalhadores, ao pulverizá-los em inúmeras empresas e sindicatos.

“Se a terceirização passar, será um golpe mortal nos sindicatos e nos direitos dos trabalhadores”, prevê Luciano Silva.

PREVIDÊNCIA E APOSENTADORIA

Apoiado em farta verba publicitária para os grandes veículos de comunicação, parte da negociação que culminou no golpe e sustenta seu poder, o presidente golpista divulgou no dia 5 de dezembro seu projeto de reforma da Previdência. Nos jornais, a peça publicitária de página inteira do governo federal dizia: “Previdência, reformar para não acabar”.

A notícia, que, com igual teor, no governo deposto ganharia manchete escandalosa, tal a sua importância e repercussão na vida dos brasileiros, ficou

escondida e teve em geral forma de press-release. Em defesa dos trabalhadores, nenhum poder protesta; todos os protestos vistos dos setores golpistas contra o governo ilegítimo até agora foram para defender privilégios, devidamente garantidos em sequência.

O que é, em síntese, o projeto do governo? Baseado na mentira, fartamente contestada, de que a Previdência é deficitária e sem mexer em privilégios de aposentadorias especiais que beneficiam castas e os próprios golpistas, como mostram diversas reportagens, a reforma estabelece a idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres, igualmente, independentemente do tempo de contribuição, que deve ser de no mínimo 25 anos.

Aparentemente isonômica, a reforma, como observam inúmeros

analistas, penaliza os que começam a trabalhar mais cedo e os que vivem menos, condições que reconhecidamente atingem os mais pobres. Mais uma vez, portanto, trata-se de fazer com que os trabalhadores, os pobres, a maioria paguem os privilégios dos ricos e da minoria, aumentando ainda mais a desigualdade no país campeão mundial de desigualdades, fazendo retroceder ao século XIX o pouco que entre 2003 e 2015 o Brasil tinha avançado rumo ao século XX. Não foi com outro objetivo, porém, que as castas reacionárias se uniram para dar o golpe de 2016.

Manifestação na redação do semanário Brasil de Fato MG em setembro: resistência ao corte de direitos deve aumentar em 2017



DIREITOS DOS JORNALISTAS

Os direitos dos jornalistas, como os dos demais trabalhadores, estão assegurados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1º de maio de 1943, nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) e nos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT).

A CLT dedica uma seção inteira ao trabalho dos jornalistas. É a Seção XI (Dos jornalistas profissionais) do Capítulo I (Das disposições especiais sobre duração e condições de trabalho) do Título III (Das normas especiais de tutela do trabalho). Ela tem 15 artigos, de números 302 a 3016, que tratam da duração da jornada de trabalho, do valor da hora extra, do repouso, do registro e da formação profissional, entre outros.

As CCT e os ACT registram outros direitos adquiridos em negociações do Sindicato com sindicatos patronais e empresas que empregam jornalistas.

Conheça seus direitos e lute por eles. A CLT pode ser lida na íntegra na página do governo federal: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. As CCT e ACT estão disponíveis no portal do Sindicato: <http://www.sjpmg.org.br/convencoes-coletivas/>.

Veja aqui alguns desses direitos.



JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos jornalistas é de cinco horas, tanto de dia como à noite, e poderá ser aumentada para sete horas, mediante acordo escrito, com aumento salarial e intervalo para repouso.

Este direito está previsto no artigo 303 da CLT.



SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

O jornalista que trabalha para a Sempre Editora tem direito a um adicional de 30% sobre seu salário básico quando substituir um colega por período igual ou superior a 15 dias. Se o salário do substituído ainda assim for maior, a empresa pagará ao substituto o salário do substituído.

Este direito está assegurado na Cláusula 4ª do ACT 2016/2017.



ÉTICA

O jornalista pode se recusar a produzir matérias ou realizar tarefas que transgridam o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros ou a Lei de Imprensa. Se seu trabalho for modificado por um superior, o autor pode se negar a assinar a matéria.

Estes direitos estão previstos na CCT dos jornalistas de jornais e revistas.



TRAINEE

O jornalista que trabalha para a Sempre Editora tem direito a um adicional de 30% sobre seu salário básico quando substituir um colega por período igual ou superior a 15 dias. Se o salário do substituído ainda assim for maior, a empresa pagará ao substituto o salário do substituído.

Este direito está assegurado na Cláusula 4ª do ACT 2016/2017.



PISO SALARIAL PARA JORNALISTAS DE RÁDIO

O piso salarial dos jornalistas que trabalham em empresas de rádio é de R\$ 1.982,88, para jornada de cinco horas. Se a jornada for de seis ou sete horas, incidirá sobre cada hora extra um adicional de 100%.

Estes valores estão acordados na CCT 2015/2017.



HORA EXTRA

Só por motivos especiais e eventualmente a jornada de trabalho do jornalista poderá exceder sete horas diárias e o Ministério do Trabalho deverá ser notificado pela empresa quando isso acontecer.

Este direito está previsto no artigo 304 da CLT.



PISO SALARIAL EM TELEVISÃO

O piso salarial dos jornalistas que trabalham em empresas de TV e produtoras nos 34 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte é de R\$ 2.146,17, para jornada de cinco horas.

Se a jornada for de seis ou sete horas, incidirá sobre cada hora extra um adicional de 100%.

Estes valores estão acordados na CCT 2015-2017 e no Termo Aditivo à CCT 2015-2017.

Anuidade Sindical 2017 com desconto

SINDICATO DOS JORNALISTAS MANTÉM VALOR DA ANUIDADE E DÁ DESCONTOS

A Diretoria do **Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais** decidiu não reajustar a **anuidade de 2017**.

O valor será o mesmo cobrado em 2016:

R\$ 350 para os associados da capital e R\$ 175 para associados do interior. Os associados que fizerem o pagamento nos três primeiros meses do ano terão descontos especiais. **Veja os descontos:**

Janeiro: desconto de **15%** – capital **R\$ 297,50**, interior **R\$ 148,75**

Fevereiro: desconto de **10%** – capital **R\$ 315**, interior **R\$ 157,50**

Março: desconto de **5%** – capital **R\$ 332,50**, interior **R\$ 166,25**

O pagamento deve ser feito diretamente no Sindicato ou via depósito bancário.

Informações pelo telefone **(31) 3224-5011**.

**PAGUE SUA ANUIDADE SINDICAL COM DESCONTO
E FORTALEÇA O SEU SINDICATO!**

A IMPLACÁVEL CAMPANHA CONTRA A PETROBRÁS

JOSÉ MARIA RABÊLO

A campanha contra o monopólio estatal tem raízes anteriores à própria criação da Petrobras. Os eternos inimigos de nossa soberania sustentavam a tese de que o Brasil não dispunha de petróleo, que estaria concentrado no outro lado do continente, ao longo de todo o Pacífico, fora do alcance de nossas mãos. Seria uma espécie de maldição geográfica, determinada pelos criadores do Universo. Deus, ao contrário do que diz a lenda, nesse terreno não seria brasileiro...

Desde antes da Revolução de 30, o tema do petróleo começou a despertar as atenções de setores influentes da vida nacional. A principal figura daquela época e dos anos seguintes, em torno do assunto, foi o escritor Monteiro Lobato, que chegou a organizar duas ou três empresas para a exploração de nossos então pouco conhecidos (e questionados) recursos petrolíferos. Na defesa de suas ideias, publicou dois livros importantes para o debate do problema, que tiveram grande repercussão: *A Luta pelo Petróleo no Brasil* e *O Escândalo do Petróleo*. Por causa das fortes críticas que fazia ao governo, acabou sendo preso e condenado a seis meses de prisão.

No mandato do general Eurico Gaspar Dutra, de 1947 a 1950, o Brasil viveu um momento de intensa atividade política, aparecendo como um dos temas centrais a questão do petróleo. O general Dutra defendia a entrega de sua exploração aos capitais estrangeiros, tendo inclusive enviado mensagem ao Congresso nesse sentido. Desenvolveu-se no País um dos mais fortes movimentos populares de nossa história, o do chamado “O Petróleo é Nosso”, que determinou a derrota daquele projeto entreguista. Eu me lembro que, como estudante, participei ativamente do movimento, tendo por isso sido preso duas vezes, uma em Belo Horizonte e outra no Rio.

O governo seguinte, o segundo de Getúlio Vargas, estatizou a prospecção, a refinação e a comercialização do petróleo, com a criação da Petrobras, em 1953. Pela firme posição na defesa de nossas reservas petrolíferas e de outros posicionamentos nacionalistas, Vargas enfrentou uma violenta guerra movida pela grande imprensa e outras forças políticas conservadoras, sempre ligadas aos interesses estrangeiros. Respondeu com um tiro no coração ao cerco feroz de seus inimigos, escrevendo com o próprio sangue o último capítulo de sua biografia.



JOSÉ MARIA RABÊLO é jornalista, vice-presidente da Casa do Jornalista, autor do livro “Os Caminhos do Exílio”, lançado pela Geração Editorial em novembro deste ano.

Na ditadura, a ação contra a Petrobras não se interrompeu, mas não atingiu totalmente seus fins devido à resistência de alguns chefes militares e líderes civis nacionalistas, entre estes o ex-governador de Minas, Aureliano Chaves.

No mandato de Fernando Henrique Cardoso, por pouco a Petrobras não foi privatizada. Já tinham até mudado o nome da companhia para Petrobrax, com o objetivo de desnacionalizá-lo e agradar aos grupos internacionais interessados no negócio. Com Lula e Dilma, a empresa pode desenvolver suas atividades, batendo sucessivos recordes de produção, inclusive com o início da exploração dos riquíssimos jazimentos do pré-sal, hoje um dos maiores do planeta. Sua situação atual é de pleno equilíbrio financeiro, não se justificando portanto qualquer argumento a favor da privatização, ainda que parcial.

Nos últimos meses, com o golpe que tirou Dilma da presidência, a campanha retornou com o furor antigo, tendo à frente como sempre a Rede Globo, seguida pela longa coorte tucana, capitaneada por FHC, Aécio Neves, Alckmin e outras aves parecidas.

Todo o escândalo armado em torno da Petrobras tem o mesmo objetivo: desmoralizá-la e abrir caminho para sua privatização. O governo Temer escolheu a dedo o novo presidente da empresa, o notório entreguista Pedro Parente, que, no governo FHC, em vários postos importantes, atuou como agente dos grandes interesses econômicos. Hoje, como presidente da estatal, já negociou duas áreas do pré-sal e promove neste momento a concessão de outras 21 áreas, além da venda de parte do complexo petrolífero do CO-OPERJ, em Itaboraí, Estado do Rio, um dos maiores projetos em andamento da Petrobras.

É preciso que a opinião pública se mobilize para derrotar essas ações antinacionais, em mais um crime do governo Temer contra o Brasil.

PETROBRAS ECONOMIZOU
ATÉ HOJE AO BRASIL
3 BILHÕES
DE DÓLARES!



AH! POR ISSO QUE
A "PREVISÃO DE LUCROS"
NA AMÉRICA LATINA
NÃO FECHA COM
"O TOTAL DE LUCROS
OBTIDOS."



Charge do Nilson em 1971: não é de hoje que os estrangeiros estão de olho no petróleo brasileiro.

TRISTE FIM DO CORREIO DE UBERLÂNDIA

LUÍS ANTÔNIO FIGUEIRA

Uberlândia, cidade com mais de 700 mil habitantes, deixa de ter a partir de 1 de janeiro de 2017, o seu único jornal impresso, isso porque, dia 31 de dezembro deste ano, circulará pela última vez o último número do Correio de Uberlândia, importante veículo de comunicação, que tem 78 anos de história. Lamentavelmente o impresso morre junto com o virtual, e assim, entre jornalistas, diagramadores, revisores, fotógrafos, gráficos, pessoal de operação, comercial e administrativo, serão cerca de 100 profissionais desempregados a partir dessa data.

Os boatos sobre a extinção do Correio de Uberlândia começaram a circular ainda no ano passado, mas a notícia oficial, divulgada no final do mês de outubro, caiu como uma bomba, deixando a sociedade perplexa e principalmente seus jornalistas preocupados com o futuro, já que a cidade não possui outro diário há bastante tempo e, além disso, outros setores de comunicação da cidade passam por grandes dificuldades e parecem não ter condições de absorver os profissionais que estarão disponíveis no mercado a partir do próximo ano.

Mas o encerramento do Correio de Uberlândia não impacta apenas no fechamento de vagas de trabalho. Para mim, Uberlândia perde o presente e o futuro, e pior, perde o passado, perde a sua história, já que nos anos seguintes não será possível buscar com detalhes, que o jornal impresso consegue trazer, fatos importantes e o próprio dia a dia da cidade.

Entre idas e vindas, estive como repórter e editor do caderno de esportes do Correio de Uberlândia durante 13 anos, onde pude registrar com riqueza de detalhes os triunfos e fracassos do nosso querido Uberlândia Esporte Clube, além do surgimento e ascensão do time feminino de vôlei do Praia Clube e ainda os momentos de glória do time profissional de basquete masculino da cidade até o seu fechamento.

Como cidadão, ler o jornal diariamente, ainda no café da manhã sempre foi um prazer, que infelizmente não será mais possível. Este senhor muito respeitado, de 78 anos, não estará conosco durante as manhãs e para nós jornalistas ficará um grande vazio e a esperança de que outro diário impresso possa surgir.



LUÍS ANTÔNIO FIGUEIRA é jornalista e atuou como repórter e editor de esportes do Correio de Uberlândia.

O QUE MUDA COM A EMPRESA MINEIRA DE COMUNICAÇÃO?

VERÔNICA PIMENTA

A criação da Empresa Mineira de Comunicação (EMC) é um convite para pensarmos no financiamento e gestão da comunicação pública em Minas Gerais. Se o que temos é a Rádio Inconfidência e a TV Minas, vamos partir do pressuposto que a comunicação pública já existe por meio desses veículos, embora precise ser aprimorada. A pergunta é: o que muda com a criação da EMC? Nesse artigo toco algumas considerações iniciais, uma vez que a empresa está em fase de implementação.

O Estatuto da Rádio Inconfidência, Decreto 44.185/2005, estabelece, no artigo 1º, que se trata de uma sociedade limitada, empresa pública estadual, cujos cotistas são o Governo de Minas e a Fundação João Pinheiro. Segundo o artigo 37 da Constituição Federal, as empresas públicas estão vinculadas aos princípios do direito público. Mesmo sendo pessoas jurídicas de direito privado, elas devem contratar profissionais por concursos. A Lei 8.666/2013, que trata de licitações, também é referência.

A lei estadual 22.294/2016 alterou o nome da Rádio Inconfidência, transferiu o seu CNPJ para a EMC e extinguiu a Fundação Cultural TV Minas. Ao mesmo tempo, incorporou atividades de televisão como prerrogativas da EMC, agora proprietária das marcas TV Minas e Rádio Inconfidência. Continuamos a falar de uma empresa pública de comunicação. Como tal, ela deve

obediência aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Conforme o artigo 71 da Constituição Federal, qualquer empresa pública está sujeita ao controle dos Tribunais de Contas, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, dentre outras instituições de controle.

Muitas questões sobre a EMC precisam ser esclarecidas. Uma delas é a efetiva responsabilidade de Estado. A EMC vai viver de comerciais? O interesse público, única finalidade de uma empresa pública de comunicação, deve estar materializado nas leis de planejamento estratégico: o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Outra questão: quando serão realizados concursos para compor o novo quadro de profissionais? Com a criação da empresa, parte do pessoal da TV Minas ficou vinculado à Secretaria de Cultura e deve constar na EMC como trabalhadores emprestados. Criou-se uma empresa de grande porte, mas sem perspectiva de concursos e nem de atender às muitas reivindicações dos servidores. Do ponto de vista dos trabalhadores, é cedo para comemorações.



VERÔNICA PIMENTA é diretora do SJP/PMG, repórter da Rádio Inconfidência e mestre em Comunicação Social pela UFMG.

foto ALEXANDRE CARVALHO

BALANCETE ANALÍTICO 2015 SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE MINAS GERAIS

NOME DA CONTA	SALDO DA CONTA	NOME DA CONTA	SALDO DA CONTA	NOME DA CONTA	SALDO DA CONTA	NOME DA CONTA	SALDO DA CONTA
Ativo	100.970,43 D	DESPESAS OPERACIONAIS	562.754,85 D	Táxi	6,20 D	Tempo Real	6.620,80 D
CIRCULANTE	76.784,06 D	PESSOAL	218.764,56 D	Diversos	2.719,10 D	Relação de Trabalho	631,10 D
DISPONÍVEL	76.784,06 D	Salários	179.982,79 D	Locação de equipamentos	2.007,07 D	Qualificar	1.738,10 D
CAIXA	744,70 D	13º Salário	2.745,26 D	Copasa	1.301,45 D	Premio Jornalismo Délio Rocha	5.328,40 D
Caixa	744,70 D	Rescisão	4.614,75 D	Cemig	4.362,87 D	Festa Jornalista	205,00 D
BANCOS COM MOVIMENTO	76.039,36 D	Vale Transporte	2.208,68 D	Xérox	83,30 D	Despesa ENJAI	6,80 D
CEF - 435-7	76.039,36 D	Exame Médico	50,00 D	Despesas cartoriais	8,40 D	Projeto Território	3.135,60 D
BANCO ITAÚ	744,70 D	Bolsa de Estágio	2.236,25 D	Material Informática	313,69 D	RECEITAS	575.538,10 C
PERMANENTE	24.186,37 D	Ticket Restaurante	5.630,41 D	Bens permanente menor valor	328,00 D	RECEITAS OPERACIONAIS	575.538,10 C
IMOBILIZADO	24.186,37 D	Assistência Médica	100.970,43 D	Telecomunicação	22.947,36 D	RECEITAS TECNICAS	412.107,22 C
BENS TANGÍVEIS	117.846,30 D	ENCARGOS SOCIAIS	61.006,00 D	Serviços gráficos	2.870,00 D	Contribuição sindical	118.645,10 C
Móveis e Utensílios	54.892,02 D	INSS	42.287,898 D	Manutenção conservação imóvel	8.290,94 D	Anuidade	114.738,95 C
Máquinas e Equipamentos	25.402,00 D	FGTS	16.996,11 D	Honorários contábeis	25.050,17 D	Mensalidade sindical	72.208,49 C
Computador e Periféricos	35.720,93 D	PIS s/ Folha	1.722,00 D	Confraternização	569,45 D	Taxa assistencial	50.796,54 C
INSTALAÇÕES	1.831,35 D	TRIBUTÁRIAS	2.299,65 D	Honorários Advocaticios	1.500,00 D	Confecção de carteiras	9.018,05 C
DEPRECIACÃO	93.659,93 C	IPTU	461,09 D	Festa 70 anos SJPMG	7.654,00 D	Registro	380,00 C
Móveis	42.705,62 C	Taxas Diversas	825,04 D	Casa Jornalista	3.326,20 D	Sindicalização	7.953,79 C
Máquinas e Equipamentos	18.526,89 C	IRRF s/ Serviços terceiros	741,18 D	Serviços prestados PJ	27.905,76 D	Recadastramento	366,30 C
Computador e Periféricos	30.423,87 C	IRRF	127,25 D	Sistema de segurança	2.550,87 D	Premio Délio Rocha	38.000,00 C
Instalações	2.003,55 C	ISS s/ Serviços	145,09 D	Seguros diversos	1.120,16 D	RECEITAS DIVERSAS	29.358,23 C
PASSIVO	88.187,18 C	FINANCEIRAS	7.652,47 D	FENAJ repasse carteiras	8.027,00 D	Receitas diversas	4.976,05 C
CIRCULANTE	24.086,13 C	Multa e Juros	250,54 D	Perda Devedora/Cheque evolidos	1.050,00 D	Ações judiciais	16.268,42 C
CIRCULANTE	24.086,13 C	Bancárias	7.401,93 D	Serviços PJ (Jurídico)	65.845,04 D	Depósitos não identificados	4.113,76 C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	17.385,05 C	DESPESAS DIRETORIA	6.550,41 D	Despesas jurídicas	76,50 D	Doações	4.000,00 C
Férias	17.385,05 C	ALIMENTAÇÃO	1.977,15 D	JORNAL PAUTA	17.361,17 D	FINANCEIRAS	672,65 C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	6.138,51 C	HOSPEDAGEM	481,00 D	Vale Transporte	38,40 D	Aplicações financeiras	672,65 C
INSS	4.611,22 C	PASSAGENS AÉREAS	2.796,81 D	Serviços de terceiros	58,00 D	PUBLICIDADE	44.400,00 C
FGTS	1.043,39 C	TAXI	386,75 D	Material de escritório	908,70 D	Jornal Pauta	20.400,00 C
PIS s/ folha	129,93 C	DESPESAS DIVERSAS REUNIÃO	908,70 D	Correios	2.750,17 D	Site	24.000,00 C
IRRF s/ salários	353,97 C	SERVIÇOS / UTILIDADES	213.952,39 D	Serviços gráficos	11.356,00 D	PATROCINIOS	89.000,00 C
TRIBUTOS RETIDOS	562,57 C	Serviços Terceiros	4.543,20 D	Diversos	750,00 D	Qualificar	79.000,00 C
Contribuições retidas (PIS/CONFINS/CSL)	424,13 C	Serviços Manutenção	500,00 D	REVISTA PAUTA	17.361,17 D	Prêmio Délio Rocha	10.000,00 C
IR retido na fonte serviços prestados PJ	138,44 C	Material escritório	1.251,47 D	Correios	4.808,50 D		
PATRIMONIO SOCIAL	64.101,05 C	Material limpeza	2.423,26 D	Serviços de terceiros	10.400,00 D		
SUPERAVIT/DEFICIT	64.101,05 C	Correios	1.593,40 D	Serviços prestados por PJ	250,00 D	ATIVO	100.970,43 D
SUPERAVIT/DEFICIT	64.101,05 C	Alimentação	3.199,95 D	CAMPANHAS	2.043,90 D	PASSIVO	88.187,18 C
SUPERAVIT/DEFICIT	64.101,05 C	Fretes e carretos	180,00 D	Campanha salarial capital	1.564,70 D	CUSTOS/DESPESAS	562.754,85 D
CUSTOS /DESPESAS	562.754,85 D	Assinaturas	10.311,53 D	Campanha diploma	479,20 D	RECEITAS	575.538,10 C
DESPESAS OPERACIONAIS	562.754,85 D	Farmácia	36,05 D	PROJETO QUALIFICAR	17.665,80 D	RESULTADO	12.783,25 C

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2015.

Kerison Arnóbio Lopes Santos
Diretor-Presidente

Marcos Erlan dos Santos
Conselho Fiscal

Cláudia Vieira Alves
CRC-68.558

Marcelo Fiuza da Rocha
Diretor Financeiro

Eduardo César Mota Dias
Conselho Fiscal

Marcos André Ribeiro Costa
Conselho Fiscal

A COMUNICAÇÃO NO GOLPE

A desqualificação da política, partidos, movimento sociais, sindicatos e especialmente dos valores da esquerda é uma tática, surrada, da mídia hegemônica, desde o século passado. A estratégia é obter o controle da representação e consolidar uma intervenção na própria democracia.

No rastro da corrupção endêmica, que corrói todo o sistema político brasileiro, a mídia comercial busca impor o ponto de vista dos meios privados. Basta ver o papel que desempenhou na ruptura democrática. Em rápida consulta aos *sites* especializados em manchetes jornalísticas, verifica-se sem dificuldades a seletividade adotada pelos principais órgãos da imprensa brasileira em relação a políticos e partidos. Qualquer estudante de jornalismo notará que o tratamento é diferenciado entre quem defende os interesses do sistema financeiro e aqueles que

buscam domá-lo; entre os que querem concentrar a política nas mãos de poucos e aqueles que lutam para ampliar os processos decisórios. A anti-política e as campanhas de difamação sustentam hoje um quadro de “banditismo midiático”, onde vale a deturpação, a omissão e a propaganda travestida de informação, na roda viva do golpe. No meio dessa confusão, alguns colegas carregam nas tintas. Outros revelam a comprometedora ausência de autonomia a que estão submetidos, no exercício da profissão.

Foi assim na campanha recente pela destituição do governo de Dilma Rousseff, como foi no período 1962-1964, quando os Diários Associados comandaram uma rede de comunicação contra o governo João Goulart, vencendo as ruas, dois anos depois, a favor do sistema financeiro.

ALOÍSIO LOPES

O GOLPE NA COMUNICAÇÃO

A comunicação pública sofreu primeiro. Temer demitiu o presidente da EBC e extinguiu seu Conselho Curador, interrompendo o sonho de uma TV pública que estava em construção. Na sequência, uma medida provisória que flexibiliza as concessões de radiodifusão e permite, dentre outras atrocidades, a comercialização de concessões antes mesmo da instalação das emissoras. O golpe assanou a mídia privada, que agora questiona, no STF, a legalidade de portais noticiosos estrangeiros, como o El País, de atuarem no Brasil.

Na luta pela democratização da comunicação nos últimos 25 anos, não vejo melhor saída que o cumprimento da Constituição Federal. Implementar um sistema público, não estatal e não comercial que promova a complementaridade e o equilíbrio entre os três

sistemas, como prevê o artigo 223, é o meio para garantir a diversidade de opiniões na combatida esfera pública, o direito à liberdade de expressão e o acesso a fontes alternativas de informação.

Democratizar também é preciso no âmbito municipal e estadual. A começar com a instalação dos canais da cidadania no primeiro e, no segundo, com a formação de um sistema público, via EMC, embora ainda obscuro. Nesse rumo, temos o desafio de ocupar e empoderar espaços como o Conselho Curador e o Conselho Estadual de Comunicação, recém-criados. Uma conquista que depende do envolvimento da sociedade para funcionar. Caso contrário, viram presas fáceis para o deus mercado.



ALOÍSIO LOPES foi presidente do S7PMG. Atua do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) desde 1994.

foto ALISSON SILVA

A REDE MINAS

THAUANE C. FERREIRA

A Fundação TV Minas Cultural e Educativa (FTVM) vem, desde sua implantação, sendo palco de reformas e mudanças administrativas e artísticas. Agora em 2016 não foi diferente; os Projetos de Leis 3.513/16 e 3.514/16, aprovados no dia 23 e 24 de agosto pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais têm como finalidade a unificação da Rede Minas e da Rádio Inconfidência, criando assim a Empresa Mineira de Comunicação (EMC). A nova instituição abrigará as empresas em um mesmo local (que já se encontra em fase final de implementação). O projeto também tem como proposta a extinção da Fundação. Entretanto, a extinção só se dará de fato com a transferência da outorga, que é uma concessão dada pelo Governo Federal

para que as empresas de radiodifusão utilizem de determinada frequência para transmissão de conteúdos (no caso da emissora, conteúdos culturais e educativos).

A Fundação TV Minas Cultural e Educativa foi implantada em 1984, no governo Tancredo Neves, integrada à política cultural do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Cultura.

Em entrevista ao programa Biografias, exibido pela emissora, o primeiro presidente da casa, Dalton Canabrava Filho, contou, 30 anos depois de sua gestão, como foi desafiador e emocionante colocar a TV no ar. A falta de recursos já era uma constante na emissora; o primeiro transmissor foi doado, com uma antena emprestada, numa torre emprestada.

Com todas as dificuldades na infraestrutura, a equipe, embora reduzida, formava uma família, que se dedicou, apostou e trabalhou de forma muito apaixonada, abrindo espaço e criando a TV que hoje é a terceira maior emissora pública do Brasil.

Em 1995, a TV, que se localizava na Avenida Assis Chateaubriand, no bairro Floresta, foi transferida para o endereço em que se encontra atualmente, na Avenida Nossa Senhora do Carmo, bairro Sion, e adotou a marca Rede Minas.

Em dezembro de 2005, a Rede Minas assinou um termo de parceria com a Associação de Desenvolvimento da Radiodifusão de Minas Gerais (ADTV), através de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

Em meio ao crescimento na grade, desenvolvimento, chegada do sistema digital e premiações, a Rede Minas, em dezembro de 2013, recebeu com surpresa a notícia de que funcionários terceirizados seriam desligados, pois iria realizar-se um concurso público para os cargos de Técnico de TV e Analista de TV. O concurso foi uma determinação do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Estadual, que alterava o texto da Lei nº 15.467 (13/01/2005) e sancionava a Lei nº 20.710 (10/06/2013), instituindo assim as carreiras do grupo de atividades de cultura no poder executivo estadual.

Foram criados então 286 novos cargos para a Fundação TV Minas, sendo 203 cargos para funcionários efetivos. O concurso público desmotivou antigos e novos funcionários, pois trouxe salários não compatíveis com o mercado de trabalho e com a realidade anterior da instituição. Isso levou um grupo de funcionários a protestar e reivindicar do governo, entre outros itens, a redução da carga horária, a negociação da escala de trabalho e a transparência em relação à transição da Rede Minas para a Empresa Mineira de Comunicação (EMC).



THAUANE C. FERREIRA é formanda em Jornalismo com Ênfase em Multimídia pelo Centro Universitário UNA e técnica de TV da Rede Minas. Este artigo é um resumo do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

NO CONTEXTO DA EMC



Trabalhadores da Rede Minas paralisaram suas atividades e fizeram manifestação em frente à emissora em outubro deste ano

Roberto Borges Martins, ex-presidente da Fundação TV Minas, afirma que a TV Pública é extremamente importante. “Primeiro porque não é TV comercial, ela tem liberdade ou deveria ter, para tratar de temas que não são tratados na TV comercial. A emissora pública tem essa liberdade de discutir assuntos que não têm grande audiência, como políticas sociais, direitos humanos e coisas desse tipo. Eu acho que o problema maior da rede pública no Brasil é a falta de financiamento, pois ela não pode vender comercial. E uma coisa muito importante: todos os governos, independentemente do partido, nunca deram atenção devida em termos de dinheiro, que uma TV pública precisa para desenvolver uma boa programação. Apesar disso, a Rede Minas sempre conseguiu ter uma programação de excelência, sobretudo a programação infantil e cultural, mas sempre faltou dinheiro.”

Em meio a tentativas de reestruturação e mudanças, no dia 18 de outubro o presidente Israel do Vale foi exonerado de sua função. Junto com ele, saíram outros dois diretores. Como publicado pelo jornal O Tempo, no dia 19/10/2016, em nota, a Secretaria de Estado de Cultura afirmou que “as exonerações fazem parte de um processo natural de reestruturação dos veículos”.

O governador empossou como presidente Jordana Souza Cruz Almeida, já funcionária da emissora. Um mês após sua posse, a presidente concedeu entrevista a O Tempo, em que explicou a situação atual da emissora. Ao ser questionada sobre o que seria, em linhas gerais, a EMC, ela respondeu: “Vamos ter um trabalho de rádio e TV dentro de uma mesma empresa. O que temos em termos de TV no Estado?”

A Fundação (TV Minas Cultural e Educativa), que é o regime jurídico, o direito público. E temos uma rádio que é uma empresa. Por que não colocar isso numa empresa que, ao unir as duas casas, vai levar para a sociedade um produto melhor?”

Danton Canabrava, na entrevista citada, diz que a Rede Minas não é como as outras televisões. “O fato de ser uma emissora pública e ter um caráter cultural e educativo dá a ela um diferencial que no fundo toca as pessoas.” Ele deixa seu recado para os funcionários: “Vocês não trabalham em uma emissora qualquer, vocês trabalham em uma TV que é de todos, e uma TV que procura levar arte e cultura para pessoas, então isso dá uma motivação a mais”.

Que essa motivação RE(construa) tudo o que se perdeu(!). Com a chegada da EMC, as empresas podem se unir para ter um melhor resultado, a fim de resgatar mais produção para a emissora e menos reprodução de conteúdo.

LGTB, GRUPO INVISÍVEL

MARCELO GOMES

A coerência humana – a cultura – se dá a partir de um sistema de comunicação. Grande parte do nosso sistema é dominado por poucos: famílias, igrejas e políticos. Mediante tal fato, muitos nichos de nossa complexa sociedade não são contemplados, o que impacta na coerência da sociedade brasileira. Uma vez não encaixados no espelho da sociedade, a mídia, vários grupos, entre eles o LGBT, ficam de fora do tecido social. Isso é democracia? Portanto, para nichos como o LGBT é imprescindível a democratização dos meios de comunicação.

A democratização da mídia é a tentativa de tornar visíveis todos os grupos que compõem a sociedade brasileira, consequentemente, seus sentimentos, pleitos etc. Isso pode estar conivente a preceitos liberais, no entanto, graças

a sua exacerbação, que descamba no neoliberalismo, houve uma crescente concentração de propriedade sobre os meios de comunicação. Em suma, apesar de vivermos em uma democracia, nossa mídia é aristocratizada.

Resultado: poucas famílias, igrejas e políticos detêm boa parte do poderio midiático. E usam esses espaços no intuito de lucros, tornando-o restrito a quem pode pagar para usá-lo. Dessa forma, muitos segmentos da sociedade não são pauta da mídia. E isso enseja a desigualdade, pois torna tais grupos, especialmente o LGBT, invisíveis, corroendo a coerência social, porquanto impetra a não aceitação por parte de muitos com os diferentes.

Entretanto, a mídia pode aumentar a pluralidade em uma sociedade, segundo o filósofo Gilles Lipovetsky: “(...) através dos noticiários e dos debates, a mídia ‘mecanicamente’ abre os horizontes de cada um, dando a conhecer diferentes pontos de vista e oferecendo esclarecimentos”. Ainda de acordo com Lipovetsky, “(...) os meios de comunicação de massa trabalham para liberar os espíritos da influência das tradições e das cultura de grupo ou de classe”.

Contudo, será que a referida libertação da tradição seria possível com a demasiada programação de algumas igrejas na televisão aberta? Seria possível a publicização de um curso pré-ENEM para o público LGBT, nos tradicionais canais? Seria possível os

jornais pautarem com mais ênfase as produções teatrais que o grupo LGBT Toda Deseo realiza? Mas antes, a grande mídia mostrou quem é esse grupo? Levando em conta o que assegura a carta magna, a mídia deve pautar as produções culturais e artística no âmbito regional. Porém, é mais fácil ficarmos sabendo o que acontece em São Paulo e Rio de Janeiro do que na nossa própria cidade.

O que deve estar na mídia deve ser a sociedade por completo. A estimativa de *gays*, trans, por exemplo, nos jornais e novelas é proporcional ao que existe? Muitos há de convir no seguinte aspecto: nada melhor do que ser representado, representar-se. E, no entanto, emissoras que pertencem a tradicionais famílias conseguem, de fato, representar o *gay* brasileiro em suas novelas? Será que essas mesmas emissoras representam o *gay* paraense, mineiro, amazonense? Ou é só o da classe média carioca e paulistana?

A democratização da mídia, especialmente, para o grupo LGBT, será muito bem-vinda, se vingar. Para muitos ela soa como censura estatal, a qual cerceará a liberdade. Por outro lado, será que a liberdade e a cultura já não estão cerceadas com a opressão liberal? O que nos resta é um Estado regulador, não opressor, que assegure a liberdade empresarial, mas que não a deixe se exacerbar.



MARCELO GOMES é estudante de Jornalismo, produtor, apresentador do programa Observatório Político, na rádio Comunicativa, e extensionista do projeto Educomunidade.com.

BREVÍSSIMA ANTOLOGIA POÉTICA

CARLOS BARROSO

1984. Propus a montagem da Mostra de Artes pela Casa do Jornalista. Délio Rocha – nome icônico da imprensa de Minas – resumiu a ideia com exatidão. “Todo mundo conhece meu trabalho de jornalista. Do poeta, ninguém sabe”, disse, elogiando a iniciativa.

2010. Vinte e seis anos depois, conseguimos realizar a II Mostra de Artes dos Jornalistas. Também, paralelamente, outra proposta que havia feito: a I Feira de Livros dos Jornalistas Mineiros. Mais de 300 pessoas (número do Pauta) – desde o ex-presidente do SJPMG José Mendonça, no alto de seus quase 100 anos, a jornalistas da novíssima geração – compareceram à abertura, com painel em homenagem ao escritor e jornalista Wander Piroli. Mesa integrada por Fernando Brant, José Maria Rabêlo, Arnaldo Viana, Carlos Herculano Lopes e a professora Letícia Malard. Outros 400 jornalistas expuseram trabalhos de poesia, fotografia, escultura, pintura, cartum, conto, textos teatrais, cinema, vídeo, multimídia e outras manifestações artísticas.

2013. A III Mostra de Artes dos Jornalistas e a II Feira de Livros, dessa vez em homenagem ao jornalista Celius Aulicus, o famoso “General da Banda”. Novo sucesso, amplo. É aconselhável não citar nomes (sempre há perigo de omissão), mas esses trabalhos, em 30 anos de percurso, só foram possíveis com a participação na coordenação de Jane Medeiros, Filó Marçal, Hélia Ventura e Vera Godoy – que arregaçaram totalmente as mangas.

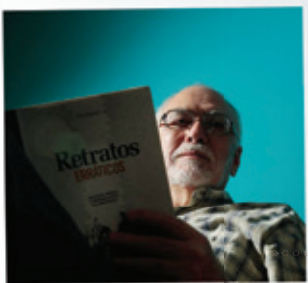
Brevíssima Antologia. O itinerário revela que jornalista faz arte – de forma inspirada, contemporânea, renovadora. Nessa linha, estamos iniciando uma Brevíssima Antologia de Jornalistas-Poetas. Inicialmente, com poemas curtos, quase haicais, quase poemas-minuto. Até porque precisão e síntese são marcas comuns, tanto ao jornalismo, quanto à poesia. Daremos continuidade à Brevíssima Antologia no próximo número.

*não cobro nada
apenas te cubro*

CARLOS BARROSO

Comentarista político. BHNews TV. Livro publicado: *Carimbadas*, entre outros.





REGIS GONÇALVES

Livro publicado: Opus Circus, entre outros.

Conto de fadas
A fada madrinha
foi parainfa
de suas fadinhas:
fadas & ninfas
parainfadas

Fina lâmina
Nesses estranhos tempos pediram a
ele um poema concreto.
Nesses estranhos tempos
recomendaram versos que
não incomodassem o regime de
plantão.
Mas palavra não estranha poesia.
Encomendou varal de letras pendendo
ao arame farpado.
E estampou a sentença: Ainda que
sangre, desobedeça



EDUARDO MURTA

Esporte, Estado de Minas. Livro publicado: Minhas Condolências à Senhora Vera, entre outros.

A fim
Não me afino
com a palavra
somos difíceis
não digo por ela
mas por mim



BRISA MARQUES

Apresentadora da Rádio Inconfidência.

mais uma vez
sento
diante
da máquina
olhos
nos dedos
sem palavras
mais uma vez
sinto
sem palavras
olhos
nos dedos
diante
da máquina



JAIRO FARÁ

Professor de Comunicação na UFSJ. Livro publicado: Livro de Bolso, entre outros.

Poema útil
Este poema
mais dez real
vale uma cerveja
no Mercado Central



CARLOS ÁVILA

Blog Cultura Pensada. Livro publicado: Bissexto Sentido, entre outros.

*Janaina rabisca poema com
lápis de cores.
E lhe chamam a atenção por
não devolvê-los à caixa.
Após a última chuva decidi:
ninguém mais fará isso.
Ao olhar pela janela tive
nítida impressão
de ter sido ela a inventora
do arco-íris*

*Descarte de meias
Estou descartando meias:
palavras, verdades, certezas,
promessas,
meias paixões.
Agora, quero o que é inteiro.
Especialmente gente*

*OCA COCAR CACO CICATRIZ
A RAIZ SEM TERRA É MORTA
A VISÃO É SEMPRE TORTA
E O CORAÇÃO É CHAFARIZ*

*Alguém
cada um
destes montes
é também
parte da paisagem.
vontade de tocar
só para saber
de que matéria
é feita a alma
por aqui*

*Degraus
Como se não bastasse viver,
Como se não bastasse o poder
momentâneo!
Muitos pensam ser eternos.
Assim, morrem nos degraus:
Sem aplausos e sem pedestal!*

GERALDO ELÍSIO

Repórter, Estação Liberdade. Livro publicado: Toada de Asfalto, entre outros.



MAGALY REINALDO

Locutora-noticiarista, ALMG. Participação na Antologia Também, entre outras.



BRENDA MARQUES

Produtora, Rede Minas. Livro publicado: Utopias Possíveis.



CARLOS DIAMANTINO ALKIMIM

Livro publicado: O Velho Chico em Três Tempos, entre outros.



WALTER SEBASTIÃO

Cultura, Estado de Minas. Livro publicado: Um peixe rasura a transparência do aquário, entre outros.



SINDICATO LANÇA LIVRO SOBRE SEUS 70 ANOS

Dezenas de jornalistas de várias gerações e pessoas de diversas profissões reuniram-se em confraternização na noite de 7 de novembro para comemorar o lançamento do livro “Álvares Cabral, 400 – A Casa da Liberdade”, que conta a história do Sindicato e da Casa do Jornalista. A festa completou um ciclo de comemorações, iniciado no ano passado, quando o Sindicato somou sete décadas de fundação, no dia 6 de setembro. O livro está sendo vendido no Sindicato ao preço de R\$ 30.

“O jornalista é um contador de histórias e eu sempre ouvi muitas histórias do Sindicato contadas por jornalistas. Nossa intenção foi juntar tudo numa obra que sirva de referência para as próximas gerações de jornalistas”, explicou o presidente Kerison Lopes. “É uma grande honra para mim ser o presidente do Sindicato na gestão em que ele completou 70 anos. Este é um momento muito especial”, disse.

“O livro é um documento que faltava, a história do Sindicato precisava ser contada”, enfatizou o presidente da Casa do Jornalista, Mauro Werkema. “Era preciso registrar em livro o que o Sindicato representa para a comunidade, um espaço de acolhimento dos movimentos sociais, de luta pela liberdade e pela democracia”, acrescentou, lembrando que na Casa do Jornalista nasceram, entre outras entidades, o Sindicato dos Artistas, o Sindicato dos Médicos, o Sindicato dos Engenheiros, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação e a Associação Cultural José Martí.



foto JADE VIEIRA

Páginas heróicas

Kerison lembrou que naquele momento mesmo estavam reunidos, em outro espaço da casa, jovens estudantes que ocupam escolas em Minas Gerais. Uma salva de aplausos interrompeu sua fala, demonstrando o apoio dos presentes à causa da Primavera Estudantil contra a PEC 55 e a medida provisória que reforma o ensino sem consultar estudantes, professores e sociedade. “Tomara que os jornalistas continuem escrevendo páginas heróicas como estas que estão narradas neste livro”, disse.

Ele agradeceu aos parceiros que viabilizaram a publicação do livro em tempos tão difíceis: o próprio Mauro Werkema, que liderou o trabalho, juntamente com demais diretores da Casa do Jornalista; o editor Paulo Lemos, da Livraria e Editora Graphar, autora do projeto executado com recursos da Lei Rouanet e patrocínio da CBMM; o jornalista J. D. Vital, gerente da CBMM; a fotógrafa Vera Godoi, autora da pesquisa de imagens; os jornalistas João Paulo Cunha, José Maria Rabêlo, Fabrício Marques, Myrian Christus e Lorena Tárzia, que contribuíram com análises que fazem parte do livro; os funcionários e a diretoria do Sindicato. Mauro Werkema destacou o autor da pesquisa e do texto, o jornalista Paulinho Assunção.

Mauro Werkema anunciou que a diretoria da Casa do Jornalista pretende transformá-la num centro cultural, “essencial para a reflexão política necessária ao país, hoje”. A vice-presidenta Alessandra Mello enfatizou que a coisa mais importante da história do Sindicato é o legado da casa aberta. “Isto é motivo de muito orgulho pra gente, este não é um espaço só para o sindicalismo, é uma casa da liberdade e da democracia. Aproveitem a nossa casa”, disse aos presentes.

O vice-presidente da Casa, José Maria Rabêlo, lembrou que quando voltou do exílio, em 1979, depois de 15 anos, o primeiro a recebê-lo no ae-



foto JADE VIEIRA

roporto foi o ex-presidente Dídimo Paiva, representando o Sindicato. A ex-presidente Dinorah do Carmo contou que foi ela quem entregou a Rabêlo a sua nova carteira de jornalista, já que a antiga tinha se perdido com o golpe de 1964. “A campanha pelas Diretas Já começou aqui no Sindicato”, finalizou Rabêlo.

Além dos citados, estiveram presentes à festa os ex-presidentes Paulo Lott, Manoel Marcos Guimarães, Luiz Carlos de Assis Bernardes, Américo César Antunes, Aloísio Moraes Martins e Aloísio Soares Lopes; Artenius Daniel, Marcelo Fiúza, Mariana Viel, Eduardo Motta, Vilma Tomaz, Ângela Drummond, Marcelo Freitas, Lúcio Peres, Symphronio Veiga, Carlos Barroso, Fernando Miranda, Otacílio Lage, Fernando Rabelo; o diretor de teatro Pedro Paulo Cava, o sociólogo João Batista dos Mares Guia, entre muitos outros.

foto JADE VIEIRA



Kerison Lopes, Alessandra Mello e Mauro Werkema

NOVOS CAMINHOS DO SINDICALISMO

PAULINHO ASSUNÇÃO

“Um dado que sinaliza com nitidez o estreitamento das relações do SJPMG com outras categorias sindicais a partir da presidência de Dídimo [Paiva] sobressai na eleição de seu sucessor, Washington Mello, em junho de 1978. Basta observar a composição das mesas coletora e apuradora nas votações ocorridas nos dias 8 e 9 de maio, integralmente formadas por dirigentes de sindicatos como João Paulo Pires de Vasconcelos (Metalúrgicos de Monlevade), Antônio Lúcio da Silva (Trabalhadores da Petrobrás) ou Nilton Ferreira Borges (Trabalha-

dores da Indústria Fumageira), para citar apenas alguns. Foi a primeira vez, desde 1945, que uma eleição da categoria apresentava esse tipo de união com outras entidades, já a partir da organização da votação.

E união era uma palavra com peso e volume naquela hora.

Washington, antes mesmo de qualquer menção aos dois anos em que presidiu o Sindicato, põe em relevo um gesto de reconhecimento e louvor aos que com ele foram eleitos, sabedor do fato de que o funcionamento de uma entidade sindical, por mais que evidencie aos olhos do público a pessoa de seu presidente, se deve, no dia a dia, ao trabalho coletivos de seus diretores e funcionários.

“Credito a todos os companheiros de minha diretoria as realizações e conquistas alcançadas. Só com esse apoio unânime foi possível o nosso trabalho”, ele disse, muito bem embasado na experiência e no conhecimento da vida sindical por ter começado a militar ainda na gestão de Virgílio [de Castro Veado], de ter sido eleito 1º secretário na chapa de Salomão Borges e, por fim, tesoureiro na diretoria de Dídimo.

O próprio Dídimo, na entrevista ao programa Memória e Poder, ecoa esse simpático gesto de união sublinhado por Washington, e também o reverência como figura-chave na disputadíssima campanha de 1975. Ou seja, como

um dos responsáveis pela divulgação, país afora, do programa que sinalizava os novos caminhos trilhados a partir dali tanto pelo Sindicato quanto pela Casa do Jornalista.

O depoimento de Washington bem traduz aqueles momentos:

“Diante da repressão do regime militar e do cerco do Ministério do Trabalho, ao qual as entidades sindicais se submetiam e prestavam contas de suas atividades e recursos financeiros, Dídimo liderou o movimento que trouxe para a nossa Casa do Jornalista de Minas todas as grandes lideranças sindicais do país, que aqui, livremente, se encontravam e decidiam. O resultado foram as ameaças governamentais de invasão da entidade e a resistência democrática que fez nascer o novo sindicalismo, libertário, corajoso, autêntico e sem qualquer ligação com os pelegos sindicais de então”, lembra Washington.

E acrescenta:

“Movimentos grevistas, debates acalorados, assembleias e reuniões de dirigentes sindicais do país todos, comandos de greve, todo mundo se reunia, livremente, na Casa do Jornalista, uma sociedade civil proprietária da sede do Sindicato dos Jornalistas mineiros. E, nessa condição, ela não tinha que prestar contas a governo nem a ministério nenhum.”



PAULINHO ASSUNÇÃO é jornalista e escritor, com mais de dez livros publicados, entre ficção, poesia, crônica, infantojuvenil e biografia. É autor da pesquisa e do texto do livro “Alvares Cabral, 400 – A Casa da Liberdade”, que conta a história dos 70 anos do Sindicato, do qual foi copiado o texto publicado nesta página.

INVASÃO DO CAMPUS

■ AMÉRIO ANTUNES

“Nem mesmo a energia contagiante das vozes unidas, cantando a música de Geraldo Vandré, ficando mais fortes e quase gritando em “quem sabe faz a hora não espera acontecer”, conseguiu acalmar-me. Uma forte emoção me contagiou por inteira, dos pés à cabeça, e me fez arrepiar, mas a aflição veio em seguida, ao imaginar o que estava acontecendo lá fora. Hávamos ouvido o latido dos cães e visto os soldados chegando e a gritaria foi geral, quando a Suely interrompeu a fala do Robertão e propôs que começássemos a cantar, de mãos dadas. Numa fração de segundos, a massa estava de pé, transformando a assembleia em um eletrizante mar de vozes e mãos unidas. E o barulho das botas e latidos sucumbiu, abafado pela cantoria emocionada.

Não, é claro que as nossas vozes não mudavam nada! Os soldados continuavam lá, provavelmente à espera do comando do coronel, que nos testava, fazia guerra psicológica ou algo que o valha, eu pensei. Enquanto cantava, um turbilhão de pensamentos ia agitando a minha mente, cada segundo parecendo uma eternidade, exaurindo-me em angústias diante da pergunta inevitável: o que iria acontecer conosco? Madalena, mais tensa do que nunca, se agarrava à minha mão, com força, quase me machucando. E o medo que eu sentira o tempo todo fora,

agora, substituído pela angústia da incerteza.

“Caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais...” Os versos retumbavam nos vidros do DA, nas copas dos ficus e até no prédio da faculdade e, quem sabe, deveriam estar sendo escutados na avenida; se é que ainda havia alguém na Alfredo Balena, com coragem pra esperar o desfecho do III ENE na boca do leão.

Talvez ninguém, além da gente mesmo, estivesse ouvindo, mas isso pouco importava – o fundamental era que a cantoria confortava e dava segurança. Então, o turbilhão de pensamentos foi dando lugar a uma força incrível e eu cantei com mais vontade ainda, até que ouvi uma voz ao longe... Voltei os olhos em direção à alameda, mas só vi uma parede de soldados, escudos e cães.

- Você está escutando, Madalena? – eu perguntei intrigada, apurando os ouvidos.

- O quê, Rita? Escutando o quê, Rita? – ela respondeu, pouco ajudando.

- Ouvi alguém gritar lá fora, Madalena! Parece uma voz num megafone... – eu disse, largando a sua mão e me esgueirando por entre a massa até a mesa da assembleia. Tinha certeza! Ouvira mesmo uma voz... Metálica... Impessoal... Autoritária...

”



AMÉRIO ANTUNES é jornalista, ex-presidente do Sindicato e da Fenaj. Acaba de publicar o romance histórico “Nós, que amamos a revolução”, do qual reproduzimos aqui este trecho, sobre a invasão da Faculdade de Medicina da UFMG pelas forças policiais da ditadura e prisão de universitários de todo o país que estavam reunidos no III Encontro Nacional de Estudantes, para reconstruir a UNE, no dia 4 de junho de 1977.

foto

PEDRO MIRANDA

SERIAL KILLER

MAURÍCIO LARA

“ Dois dias depois surgiram novidades, para desagrado de Rosalvo, que esperava ver o assunto morto. Um repórter policial se interessou pelo assunto, farejando que a história poderia tomar proporções maiores. Ele procurou pelas famílias das meninas e descobriu um aspecto mais do que interessante do ponto de vista jornalístico.

Uma das desaparecidas sustentava a mãe velha e doente. Sem os programas da filha, a velha, com certeza, teria dificuldades até para sobreviver. Só que, poucos dias depois do desaparecimento, de manhã bem cedo, ela encontrou um pacote de dinheiro jogado por cima da cerca de sua casa simples de periferia. Dentro dele, uma quantia que a mulher nunca tinha visto, suficiente para ela sobreviver com dignidade por vários anos.

A mulher não contara a ninguém – nem ao delegado – sobre o pacote de dinheiro, como medo dele ser recolhido pela Justiça, mas acabou caindo na lábia do repórter e revelando tudo. Contou também que andou conversando na vizinhança e soube que, na noite em que o dinheiro apareceu, uma moto com o farol apagado parou rapidamente diante da casa dela e o pacote foi jogado sobre a cerca, como se fosse uma entrega de jornal. Em seguida, a moto arrancou em disparada e desapareceu.

O próprio jornalista cuidou de criar, no texto, a ideia de que havia um serial killer generoso e abastado, que matara a prostituta arrimo de família e cuidara de garantir o sustento da velha mãe. Era uma história e tanto, admitiu Rosalvo.

Mais dois dias se passaram e o mesmo repórter publicou outra matéria, trazendo fatos novos. Colegas de duas das prostitutas desaparecidas tinham visto quando elas entraram em um carro popular, escuro, dirigido por um homem que usava boné vermelho. Havia uma descrição do homem, mas confusa, de quem não vira a figura em detalhes ou que não tinha prestado muita atenção quando a colega embarcou no veículo.

O jornalista insistiu no fato de ser um carro popular escuro – ou seja, provavelmente o mesmo carro em todas as ações – e no boné vermelho. Tudo isso reforçava a ideia de um serial killer em ação. [...]

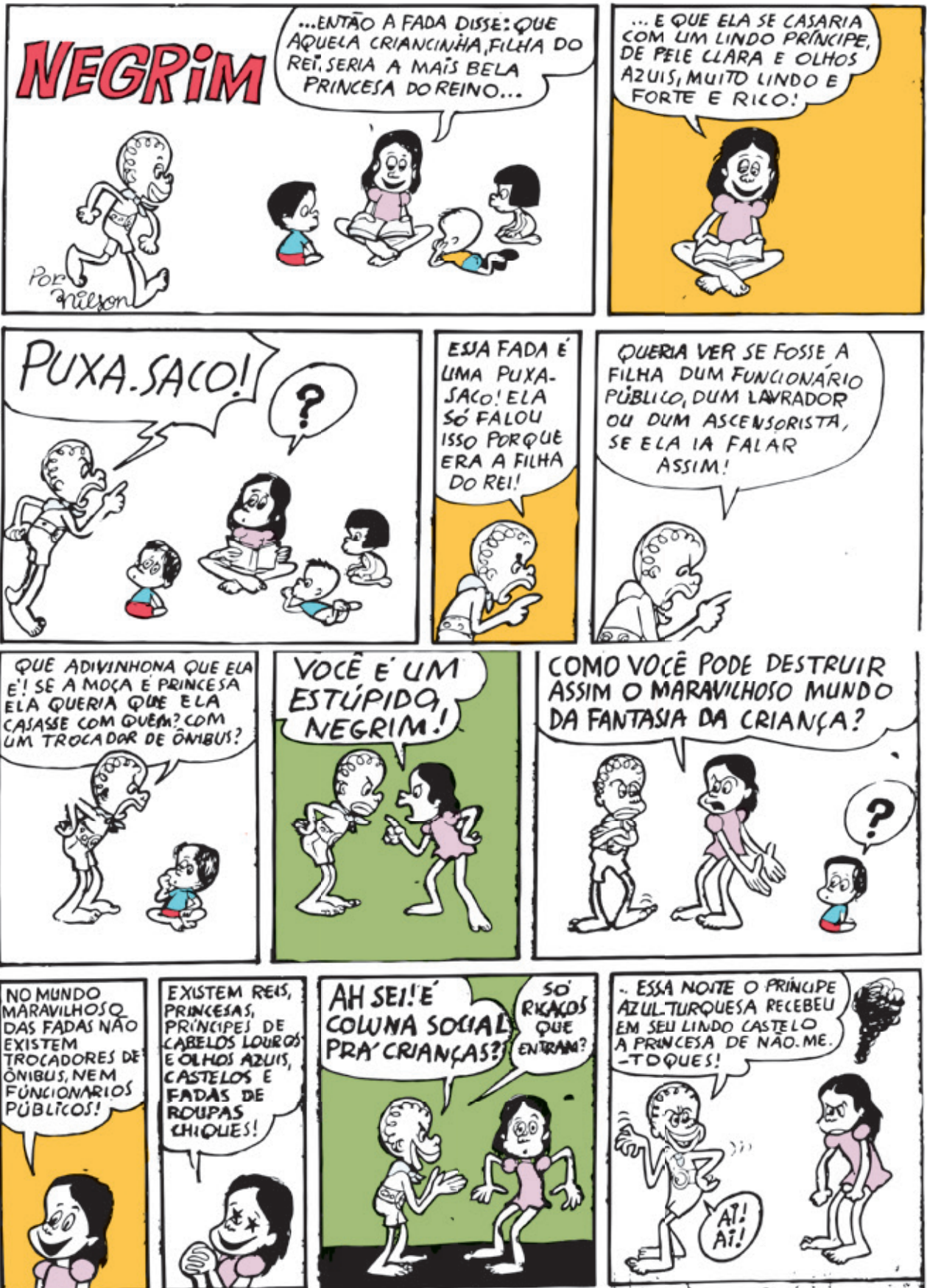
Um outro detalhe não tinha passado despercebido ao repórter metido a detetive. Ele percorreu floras da cidade tentando saber se alguém, em um carro como o descrito, tinha comprado pedras roladas na época do desaparecimento da mulher chamada Glória e que usava Kátia como nome de guerra. Mas ninguém das floras se lembrava, por ter se passado muito tempo.

”

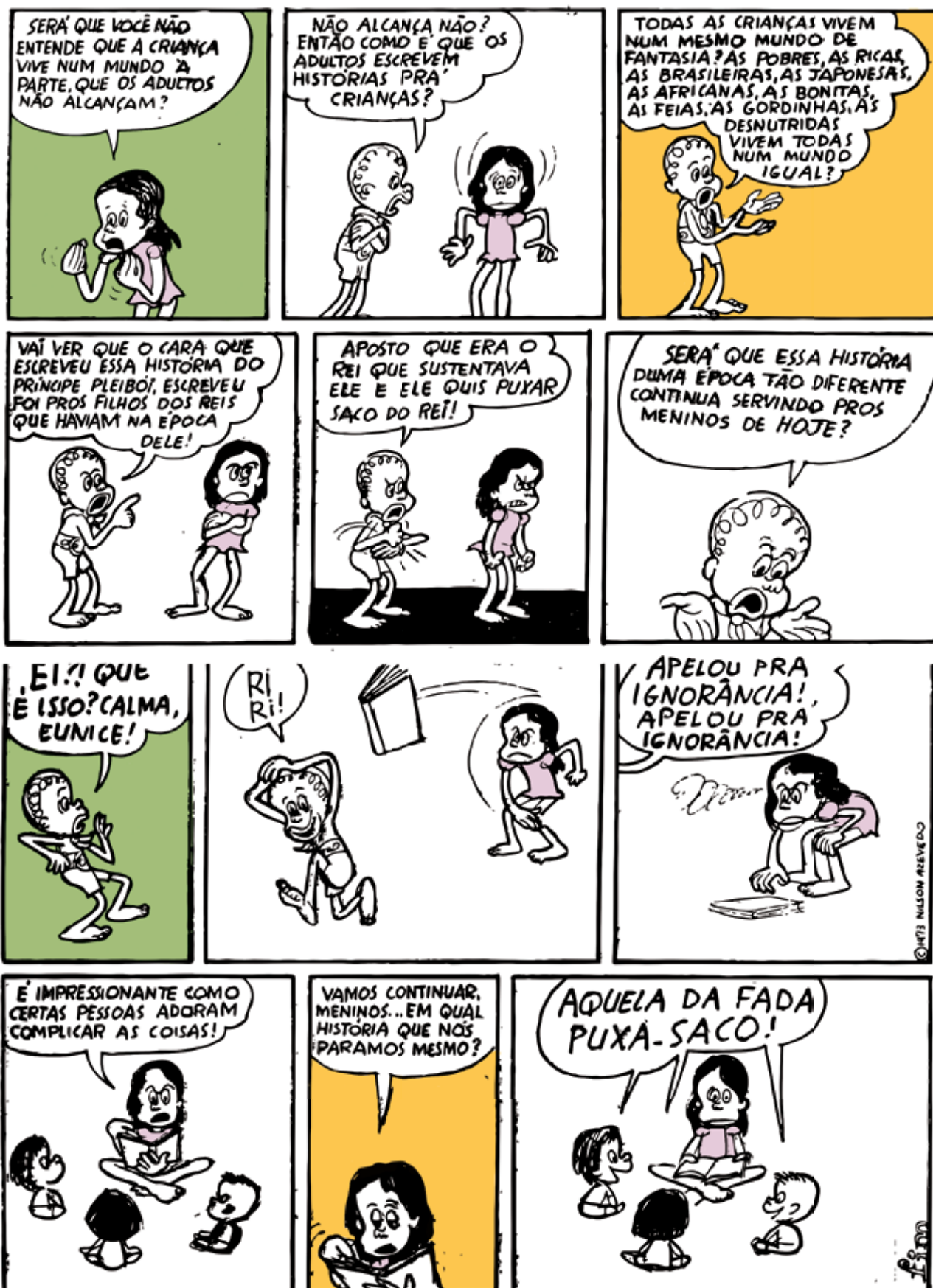


MAURÍCIO LARA é jornalista e escritor. Autor de quatro romances, o mais recente deles é “O Porco”, lançado em novembro de 2016, pela Editora Ramallete, do qual foram reproduzidos os trechos aqui publicados.

foto CLÁUDIO CUNHA







CAROS COLEGAS



POR
SYMPHRONIO VEIGA
foto CLÁUDIO CUNHA

COBERTURA AMPLA, IRRESTRITA E TOTAL

– O 3º Congresso Nacional de Medicina foi realizado no início da década de 70, na AMMG, na gestão do renomado oftalmologista Hilton Rocha, que tinha na época, entre outros clientes importantes, Tereza, filha do todo poderoso Assis Chateaubriand, dono dos Diários e Emissoras Associados. O conclave médico em Belo Horizonte mereceu destacada cobertura da imprensa, notadamente dos Associados. Registrados nesta foto do Arquivo V&V, estavam presentes à reunião dos organizadores do evento meia dúzia de repórteres dos jornais do Chatô em BH (Estado de Minas e Diário da Tarde), todos com a mesma missão: cobrir o 3º Congresso dos Médicos.

Momentos antes da reunião preparatória, o diretor geral Pedro Aguinaldo Fulgêncio recebe um telefonema da AMMG solicitando um jornalista para cobrir o congresso e escala o repórter esportivo Álvaro Wilson.

–Mas doutor Pedro, eu só entendo de futebol – ele tenta escapar da tarefa.

–Não há outro repórter disponível na redação. Tem que ser você mesmo – determina o diretor.

Lá chegando, o primeiro que vê é um colega do mesmo jornal: o repórter Pedro Servo (terno escuro (c) designado na véspera pelo redator-secretário Odair de Oliveira. Ainda do Estado de Minas, Fialho Pacheco (fumando) e o foca Paulo Narciso (de óculos e camisa branca, ao lado de Leopoldo José de Oliveira, do Diário de Minas), além de Jésus Rocha (à direita, óculos escuros) do Diário da Tarde. O Diário de Minas enviou também Gabi Santos (d). Na frente, Jota Flores (O Diário) ao lado de Maura Eustáquia de Oliveira (O Globo). Mais atrás, à esquerda, o assessor de imprensa da AMMG, Olympio Coutinho, também repórter do Estado de Minas. Na última fila, Guilherme Apgaua (Diário do Comércio) e Ricardo Carvalho, também do Diário da Tarde. No fundo à esquerda, terno cinza-claro, o repórter esportivo Álvaro Wilson, do Estado de Minas. Cobertura ampla, irrestrita e total dos repórteres associados. (Foto Arquivo V&V)



COM O TEXTO ERRADO

Durante as aulas de Português no Colégio Tristão de Atayde, o professor Orosimbo me passava dicas de como escrever certo, que guardo até hoje. Depois, me transformei em um bisonho foca da Folha de Minas, em meados do século passado. Tinha 18 anos de idade e já possuía o registro profissional de jornalista. Naquele tempo, as matérias passavam por revisões de textos e das provas gráficas. Os erros eram perseguidos. E mesmo assim alguns escapavam. Hoje não existe o setor de revisão de textos e nem de provas gráficas. Por isso, cobra-se correção na redação do repórter. Vejam as dicas. Algumas são do professor Orosimbo. Outras obtive no quadro de avisos na redação da Folha de Minas, que tinha o corajoso Fernando Roquette Reis como chefe de reportagem e o gentil Fernando Dias Correia como secretário.

- “não esqueça das maiúsculas”, como já dizia orosimbo donato, meu professor de português lá no colégio tristão de atayde, em santa tereza, belo horizonte.
- Seja incisivo e coerente. Ou talvez seja melhor não...
- O uso de parênteses (mesmo quando for relevante) é desnecessário.
- Palavras de baixo calão podem transformar seu texto numa merda.
- Nunca generalize: generalizar sempre é um erro.
- Seja mais ou menos específico.
- Frases com apenas uma palavra? Corta!
- A voz passiva deve ser evitada.
- Use a pontuação corretamente o ponto e a vírgula especialmente será que ninguém sabe mais usar o sinal de interrogação

CONTOS VERDES E MADUROS DE CARMO CHAGAS

Um livro que está sendo muito prestigiado é Contos Verdes e Maduros, lançado recentemente pelo jornalista Carmo Chagas, nascido em Inhapi. Em BH, Carmo Chagas estudou no Colégio Arnaldo e trabalhava no Banco Nacional. Na Faculdade de Direito da UFMG, seu colega Hélio Fraga achou que ele tinha jeito para escrever e o convidou para um jornal que estava para ser lançado, Correio de Minas, no começo de 1963. Aceitou o convite, pediu demissão do Banco Nacional, no qual trabalhava desde 1958. “Eu iniciava então o serviço militar, no CPOR tendo a honra de ser calouro do já repórter respeitado Symphonio Veiga e colega de turma do recruta Moacir Japiassu. Daí em diante, fui jornalista em Belo Horizonte (Correio de Minas, Diário de Minas, Alterosa, Denison Propaganda) e em São Paulo, a partir do final de 1965 (Jornal da Tarde, Veja, revistas femininas da

Abril, Playboy, Afinal, assessoria de Imprensa do empresário Antônio Ermírio de Moraes, Nova Cultural, O Estado de S. Paulo). Em 1990, criei a Textual Produção Editorial, que mantive até agosto de 2013, quando vim a ter condições de me dedicar apenas aos meus projetos literários.”

Desde então, Carmo botava ordem nos textos que nunca deixou de produzir nas horas vagas do jornalismo. O primeiro projeto concluído foi o livro Contos Verdes e Maduros, lançado em novembro de 2015 pela Reflexão. Ele continua trabalhando em outros projetos, que espera lançar brevemente. Antes, lançou três livros: Política, Arte de Minas (de 1994, produzido no ano anterior com patrocínio da Fiemg), a novela Vesgo (1999) e Feliz de Outro Jeito (2011), no qual reconstitui a vitória de sua mulher, Lea, em sua luta pela vida.

JORNALISTAS COMENTAM CARMO CHAGAS NA LITERATURA

Disse o Hélio Fraga (que o iniciou no jornalismo): “Não é prematuro dizer que estou diante de um livro excepcional, digno de todos os elogios que o Fernando Mitre lhe fez em textos igualmente primorosos. Se o jornalista brasileiro perdeu muito com sua saída antecipada, nossa literatura tem muito a ganhar, e você pode entrar para a História, se ainda não tem cadeira cativa nela. Seu sucesso como escritor me empolga e emociona”.

Zé Hamilton Ribeiro: “Oi, Carmo! Pensei q leria um conto, tudo bem, deixaria o livro pra lá, pra ler depois... Quá!! Cada história parece melhor q a anterior, tudo com tanta força e beleza! Um belo livro, coisa de marcar o ano! Parabéns, com boa sorte e alegria p o fim do ano e para os 16. Abração, do Zé H”.

Já Fernando Portela ficou meio sem palavras para falar sobre seus contos. “Se eu tivesse uma máquina fotográfica Kirlian seria mais fácil: enviaria uma foto da minha aura durante a leitura deles. Dei um mergulho na vida dos seus personagens, impressionado com suas almas tão ricas. Não sei se devo dizer que valeu a espera, é muito tempo, mas fica a impressão de que os contos têm mesmo uma certa idade. Suas profundezas foram milimetricamente trabalhadas.”

Disse Sandro Vaia: “Acabei de ler Contos Verdes e Maduros. Fazia tempo que não lia algo com tanto prazer. Fiquei íntimo de Pernambuco, Dorotéia, Pacotinho, Abelha e outros seres notáveis a quem você deu vida. Ficou o gosto de quero mais – e isso não é frase de efeito.

Contos Verdes e Maduros, volume II, o quanto antes”.

Washington Tadeu Melo falou: “Li – e guardei – o livro do Carminho ‘Política, arte de Minas’ e gostei muitíssimo do texto e da criatividade dele, qualidades insuperáveis. O novo livro, ‘Contos verdes e maduros’, certamente, é do mesmo nível – ou melhor, ainda – porque ele escreve o que vem ‘lá de dentro da alma’, que correu mundo, desde Inhapi”.

CONTOS VERDES E MADUROS.

Editora Reflexão. 264 páginas. Preço: **R\$ 25**. Pedidos: Rua Antônio Mariani, 134, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05530-000. Depósitos: Bradesco, Carmo R. Chagas. Agência: 2692, c/c 08234-10, CPF: 036 037 258-91.e-mail: carmoch@uol.com.br.

A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA À CENSURA

GERALDO ELÍSIO

Em 1975, 11 anos depois do início do golpe civil militar de 1964 que derrubou Jango Goulart do poder, em nome da Guerra Fria, e, 41 anos antes do golpe jurídico mediático contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, que elevou ao Palácio do Planalto o usurpador Michel Temer, para proteger corruptos de toda a natureza, existia o AI-5 e a censura dos governos militares a atormentar os jornalistas. Verdade seja dita, um pouco mais branda que a censura imposta ao Brasil pelos governos de Aécio Neves, Antonio Anastasia e Alberto Pinto Coelho, todos do PSDB de Minas Gerais.

Sendo presidente da República o general Geisel, com o seu projeto de abertura lenta, gradual e irrestrita, os censores não ficavam mais ostensivamente nos jornais, porém a censura perdurava através dos telefonemas dirigidos às redações das mídias.

Já aposentado, Lafaiete – não confundi-lo com o jornalista esportivo Lafaiete Diniz, que militou no O Globo, sucursal de Belo Horizonte – assim mesmo comparecia todos os dias à redação do Jornal de Minas e redigia editoriais, obviamente nunca publicados, altamente ofensivos aos militares, em estilo bastante gongórico, em que ele abusava do preciosismo e dos seus conhecimentos de latim.

A grande redação do jornal se deliciava em, de um ponto qualquer dali mesmo, ligar nos telefones internos para ele e, inventando nomes de generais ou se utilizando dos mais conhecidos do País, dizer que os editoriais escritos por ele “estavam proibidos de ser publicados”. O “Conde Lafá” se enfurecia, subia a uma cadeira – quando se sentia mais estimulado subia a uma mesa – e espinhava os generais, sob os aplausos generalizados, algumas vezes com a presença dos diretores dos jornais, Afonso Paulino e Cristiano Ferreira de Melo, a integrar a brincadeira.

Uma tarde bastante calma a grande redação do Jornal de Minas estava quase em silêncio, os jornalistas debruçados em suas Remingtons e os fotógrafos apegados às suas Rolleiflex, quando, de repente, Lafaiete subiu em cima da mesa onde ele estava e começou a esculhambiar a ditadura e os generais. Todo mundo parou de trabalhar para ouvir e aplaudir, quando alguém observou que ninguém na redação estava ligando para o “Conde Lafá”.

Um telefonema foi cair no ramal da mesa onde ele estava e ele atendeu ao pessoal da censura mesmo – e esculhambou os generais presidentes. Constatado o que acontecera, a direção do jornal foi comunicada, mas o recado já estava dado. Afonso Paulino era amigo dos militares e, em meio a risos, explicou quem era o “impertinente” defensor das liberdades de imprensa e expressão em tempos que ninguém ousava isto.

Explicações dadas, Lafaiete, mesmo já estando calmo, foi aplaudido como nunca. Por ter dito aos censores tudo o que os jornalistas brasileiros gostariam de dizer e não podiam.



GERALDO ELÍSIO é jornalista, escritor e artista multimídia.

foto CHARLES HOFFERT

Álvares Cabral, 400 –A Casa da Liberdade

A história dos 70 anos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e dos 50 anos da Casa do Jornalista contada em livro.



Pesquisa, entrevistas e texto de Paulinho Assunção. Artigos de João Paulo Cunha, José Maria Rabêlo, Fabrício Marques, Myrian Christus e Lorena Tárzia.

R\$ 30

Exemplares à venda no Sindicato.

Telefone: **(31) 3224-5011.**



10º PRÊMIO DÉLIO ROCHA

DE JORNALISMO DE INTERESSE PÚBLICO

2016

INSCRIÇÕES ABERTAS!
28/01 A 28/02

MAIS INFORMAÇÕES:
WWW.SJPMG.ORG.BR/TROFEUDELIOROCHA2016

**Jornalistas
de Minas**
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais